

prisma.soc

NEWSLETTER DE SOCIOLOGIA



MO
kabelska
TEL.: +387 (0) 36 3

DEMOCRACIA E POPULISMO

In Memoriam

Com profunda tristeza e um vazio impossível de preencher, o Núcleo de Sociologia despede-se de Lucinda Silva.

Lucinda foi uma presença serena e afável, sempre disponível. Tinha um tempo infinito para quem dela precisasse, uma escuta completa e um gesto simples que acolhia antes mesmo das palavras.

No seu trabalho habitava o cuidado: apoio discreto, equilíbrio nos dias mais exigentes, humanidade concreta no quotidiano, abrindo, sem alarde, caminhos largos ao sentido de pertença.

Guardá-la-emos não apenas pelo que fez, mas sobretudo pelo modo como sempre foi: inteira, bondosa, presente.

Com profundo reconhecimento,

Núcleo de Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Editorial

Discutir democracia no século XXI é, mais do que nunca, uma necessidade urgente. Num tempo marcado por crises sucessivas – económicas, climáticas, tecnológicas e geopolíticas – e por transformações profundas nas formas de convivência social, a democracia deixou de ser apenas um horizonte consensual. Tornou-se um terreno instável, atravessado por tensões, disputas e reconfigurações que exigem reflexão crítica. A questão já não é apenas saber como preservar instituições democráticas, mas compreender os desafios que hoje corroem os seus fundamentos: da erosão da confiança pública à fragmentação do espaço político, da intensificação das desigualdades à crescente normalização de discursos autoritários.

É precisamente aqui que a Sociologia assume um papel decisivo. Atenta às estruturas sociais, às relações de poder e às dinâmicas de exclusão e pertença, ela permite pensar a democracia para lá das suas formas institucionais. Num contexto de polarização, o olhar sociológico torna-se indispensável para interrogar criticamente o presente e alimentar possibilidades democráticas futuras.

É neste enquadramento que a presente edição da newsletter Prisma.Soc se dedica ao tema “Democracia e Populismos”. Fá-lo a partir das contribuições variadas e generosas de colegas do Centro de Estudos Sociais e da Faculdade de Economia, de alunos/as dos vários ciclos de estudos, mas também abrindo-se à participação de colegas e estudantes de outras universidades, num esforço de alargamento do diálogo académico e intelectual.

Num tempo em que se prometem simplificação, unidade e autoridade, esta edição propõe o exercício contrário: complexificar, escutar e pensar criticamente a partir de espaços de pensamento plural. Em última instância, refletir sobre estas dinâmicas é interrogar o futuro da democracia e o tipo de mundo comum que desejamos tornar possível.

A Comissão Editorial

Adriana Giroletti, Ana Raquel Matos,
Joana Nobre Coelho, Leonor Silva e Rafael Vieira



Índice

Ensaaios	1
Sociologia Pública	16
Venham mais 5	21
Ensaio fotográfico	27
No terreno	32
Vai e vem	38
Socio.net	39
Ganhar a vida	42
Livros	44
Projetos	46
(Re)conhecimentos	48
Aconteceu em 2025	49
Ufa!	54

O esvaziamento da democracia nas organizações

Andrés Spognardi

Investigador do Centro de Estudos Sociais

Cocoordenador do Doutoramento em Democracia no Século XXI (CES-FEUC)

Tratamos a democracia como se fosse uma infraestrutura. Constrói-se uma vez e depois deixa-se ali, a cumprir por inércia a sua função. Mas a democracia não é a ponte, é a manutenção da ponte. Tal como o vento e a chuva degradam uma obra quando ninguém a cuida, as organizações estão expostas a dinâmicas quotidianas que podem, com o tempo, esvaziar o processo democrático.

No seu livro *Zur Soziologie des Parteiwesens in der modernen Demokratie*, Robert Michels (1915/1911) descreveu este esvaziamento com uma crueza incómoda. Depois de observar o funcionamento de partidos socialistas e sindicatos, o sociólogo chegou à conclusão de que, em condições normais, as organizações complexas tendem a ser dominadas por uma minoria dirigente. “Quem diz organização, diz oligarquia” foi a fórmula incisiva que escolheu para condensar a sua célebre “Lei de Ferro”.

Organização, especialização e captura do processo

A tese de Michels é inquietante por duas razões. Primeiro, porque não nasce da análise de organizações abertamente tirânicas, mas daquelas que se pensavam como escolas de igualdade, cidadania e reforma social. E, segundo, porque a deriva oligárquica não decorre de conspirações nem da perversidade moral dos líderes, mas de mecanismos rotineiros do próprio processo organizativo.

À medida que uma organização cresce, a gestão torna-se mais complexa e exige diferenciação funcional. Surgem direções, comissões técnicas, burocracias internas. Essa especialização abre uma clivagem entre o vértice e a base. Quem gere sabe mais e mais cedo. Quem formula as propostas e as alternativas condiciona o voto antes de ele

acontecer. Além disso, ao concentrar a interlocução externa, a direção acumula, pela própria atividade, capital relacional e memória operativa difíceis de replicar. A sua substituição deixa então de ser apenas uma questão estatutária e torna-se um problema operacional. Quem tem os contactos e o *know how* para o fazer?

A esta crescente “indispensabilidade” do vértice somam-se as barreiras à participação da base. Envolver-se na vida política da organização tem um custo de oportunidade elevado: exige tempo, atenção e acesso à informação. Discordar acarreta riscos adicionais. A ameaça de sanções informais (isolamento, perda de oportunidades, desgaste reputacional) tende a premiar o silêncio e a punir a discrepância. Quando disputar o rumo se torna demasiado caro, a democracia perde valor substantivo e transforma-se num ritual. Vota-se, mas sobre opções já enquadradas. Consulta-se, mas tarde. Escuta-se, mas sem consequência.

Técnica, controlo e desvio de missão

Entre os líderes de organizações que sofrem uma deriva autocrática surge frequentemente a desculpa da necessidade: “não se pode deliberar sobre tudo”, “isto é técnico”, “aquilo é urgente”. Essa justificação tem algum fundamento. O problema, porém, não é que existam decisões técnicas ou urgentes. O problema surge quando “o técnico” e “o urgente” servem para fechar o debate. Quem define o que é deliberável delimita o perímetro da democracia.

A democracia nas organizações não é um luxo nem um capricho participativo. É uma tecnologia de controlo do poder, concebida precisamente para impedir que os imperativos da eficiência operativa e técnica se convertam em licença para abusar.

O abuso de poder tem efeitos distributivos: determina quem beneficia das oportunidades e quem suporta os custos. Mas tem também efeitos teleológicos, isto é, altera os fins que a organização prossegue e aquilo que entende por “sucesso”. Quando a direção ganha autonomia, muda o critério prático de decisão. Em vez de perguntar “isto cumpre a missão?”, passa a perguntar “isto põe em risco a organização e a posição de quem a dirige?”. Nesse momento, a missão deixa de funcionar como mandato que constrange e passa a operar como discurso legitimador. O que se decide para proteger o aparelho e garantir a sua continuidade é apresentado como fidelidade aos princípios fundadores.

Contra o fatalismo

Apesar da sua força lógica, não devemos cair na tentação de ler a “Lei de Ferro da Oligarquia” como destino inexorável das organizações democráticas. Ao fazê-lo, naturalizaríamos a concentração de poder e transformaríamos a resignação em realismo. Se a oligarquia fosse inevitável, a democracia seria apenas um ritual sem efeito.

O verdadeiro valor da tese de Michels não está em anunciar um destino, mas em obrigar-nos a ver as pressões estruturais que empurram nessa direção: especialização, assimetrias de informação, controlo de procedimentos, custos de participação e sanções ao dissenso. A questão, portanto, não é se a deriva autocrática existe (existe e é frequente), mas que desenho institucional a torna menos provável.

Os dispositivos de controlo

Alguns dispositivos de controlo democrático são prosaicos, mas decisivos: transparência documental, regras eleitorais que evitem que o voto se reduza a mera ratificação, separação entre gestão e controlo, salvaguardas que protejam o dissenso face a sanções informais. Estes mecanismos não procuram eliminar o conflito (inerente à democracia), mas mudar a forma como o conflito é tratado. Em vez de resolver divergências por hierarquia ou por desgaste (sem razões explícitas e sem rasto verificável), obrigam a que as decisões e os seus fundamentos fiquem registados e possam ser revistos e impugnados.

O paradoxo é que estes dispositivos só funcionam enquanto ainda há capacidade cole-

tiva para os ativar. Quando a deriva autocrática se instala, o desenho institucional torna-se letra morta. A minoria que controla o aparelho redefine a “normalidade” para que qualquer tentativa de correção pareça um “conflito irresponsável”. Ao mesmo tempo, o seu controlo sobre a informação, os recursos e os procedimentos torna inviável a coordenação de uma maioria reformista. Nessas condições, a regeneração interna fica reduzida a uma hipótese remota.



Foto: Marija Zoric

Redemocratizar uma organização capturada exige uma conjuntura crítica que reabra o espaço de controlo: uma crise visível, um escândalo interno, uma fratura no vértice. Mas mesmo quando isso acontece, o choque pode apenas trocar a minoria dirigente sem alterar a arquitetura de poder (muda-se quem manda, mas não a forma como se manda). Nesse caso, a base da organização só pode procurar apoios fora do perímetro capturado, ativando contrapesos externos com capacidade sancionatória. Dito sem dramatismo: sem sanção, a democracia é apenas retórica.

Referências

Michels, R. (1915). *Political parties: A sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracy* (E. Paul & C. Paul, Trans.). Hearst's International Library Co. (Original work published 1911). ■

Descentralização, IA Low-Code e IA On-Device na Saúde Digital: reconfigurações sociotécnicas na era do *Value-Based Health Care*

Isabel Ventura Pereira

Doutoranda em Governança, Conhecimento e Inovação (CES/FEUC)

Nos últimos anos, os sistemas de saúde têm tentado conciliar diferentes exigências adversas e que colocam grande pressão às entidades e sistemas de saúde, tais como a melhoria constante de resultados clínicos, aumento da eficiência operacional e da agilidade no atendimento, assim como a acelerada necessidade de digitalizar e inovar os serviços, sob uma austera regulamentação do sistema e, ao mesmo tempo, não descuidando o objetivo principal de cuidar da saúde do paciente.

Estas questões destacam a falta de governança, como descreve Greenhalgh (2017), e a criação de cenários de necessidade de inovação sem um entendimento amplo e claro de seus custos sociais. Neste contexto, a introdução de tecnologias como a Inteligência Artificial (IA) é comumente vista como um simples "kit" de aumento da eficiência. No entanto, como afirmam Latour (2005) e Mesman (2008), a introdução de tecnologias altera a ecologia do conhecimento, as hierarquias de autoridade e as normas de responsabilidade no sistema de cuidados.

Na minha investigação de doutoramento, focada em inovação, plataformas low-code, Value-Based Health Care (VBHC) e em transformação digital em saúde, constato a existência de três tendências que atuam em simultâneo em co-reforço: low-code com IA, IA on-device e o VBHC. Em vez de analisá-las como ferramentas neutras, proponho entendê-las como arranjos sociotécnicos: combinação de plataformas, protocolos, dashboards, regras de financiamento, expectativas, prática e rotinas clínicas capazes de gerar efeitos performativos.

As plataformas low-code com inteligência artificial tornam possível que "cidadãos de-

envolvedores", como clínicos e administradores, desenvolvam aplicações por meio de interfaces visuais e componentes modulares. No discurso de mercado que a Forrester publicou (2023), isto seria promissor no sentido de democratizar e acelerar a inovação no local. Contudo, esta promessa pode esconder um "lock-in epistémico", no sentido de que a autonomia do utilizador é refém de templates, permissões, integrações e atualizações que o fornecedor controla. Assim, a democratização do desenvolvimento convive com a construção de dependências estruturais de difícil contestação, com reflexos na transparência e sustentabilidade e na transferência de poder institucional.

A IA on-device desloca a computação da cloud para o device "local", em smartphones, wearables, sensores e monitores clínicos. De acordo com Alpaydin (2021) e Narapareddy e Yerramilli (2025), esta mudança parece estar associada a menor latência, aumento da privacidade e melhor capacidade de resposta contextual no ponto de atendimento do paciente. No entanto, também redistribui responsabilidades. A confiabilidade agora depende da calibração, bateria, conectividade, desvio do sensor e do software, entre outros. Quando estes elementos falham, os erros podem não ser evidentes, mas podem influenciar interpretações e decisões clínicas. Muitas vezes, o ónus da manutenção e validação "no mundo real" recai sobre profissionais, pacientes ou cuidadores, que podem não contar com estruturas formais de gerenciamento de riscos.

No VBHC de Michael Porter e Lee (2013), valor é "resultados relevantes para o doente" e "custos necessários para obtê-los". A promessa deste framework é a de alinhar os incentivos com qualidade e fugir da ló-

gica "volume". Como diz Mol (2008), ainda assim, o cuidado não se reduz a métricas: é relacional, situado e, muitas vezes, ambíguo. Numa leitura crítica e aproximando de Ramos (2019), é possível descrever uma "fachada de valor", em que se mostra o comprometimento com indicadores para a simulação de transparência, tendo em vista a ocultação de negociações, incertezas e trabalho invisível. A partir do momento em que o VBHC é associado a um conjunto digital, a tendência é reforçar regimes de visibilidade em que "conta" apenas o que é quantificável, não o clinicamente ou socialmente relevante.

Para analisar estas dinâmicas, torna-se necessária a lente da Actor-Network Theory (ANT) e de trabalhos de Callon (1986) e Latour (2005), nos quais se defende que a agência é distribuída e emerge das relações entre humanos e não humanos; esta perspectiva aproxima-se da crítica de Suchman (2007), para quem a ação no trabalho real é situada e improvisada, enquanto muitos sistemas digitais operam com roteiros e lógicas simplificadas. Ao seguir processos de tradução, inscrição e alinhamento, discutidos por Cressman (2009), torna-se possível observar como expectativas se inscrevem em software e protocolos e como redes se estabilizam em torno de dispositivos, dashboards, regras de reembolso e critérios de desempenho. Um alerta algorítmico, por exemplo, não é apenas um "resultado" técnico: é um efeito de sensores, thresholds, interfaces, políticas de resposta e incentivos administrativos, articulados pela interpretação do profissional.

«Low-code, IA on-device e VBHC não são (...) são tecnologias que transformam e redistribuem a agência e o conhecimento, tornando certas práticas mais acessíveis do que outras»

Se a transformação digital em saúde for entendida apenas como modernização tecnológica, corre-se o risco de ignorar o que realmente esta tecnologia proporciona, que é atualização nas formas de hierarquia, deveres e coordenação do cuidado. Low-code, IA on-device e VBHC não são, assim, apenas instrumentos que tornam processos mais eficientes; são tecnologias que transfor-

mam e redistribuem a agência e o conhecimento, tornando certas práticas mais acessíveis do que outras. Explorar este aspeto sociológico é crucial para que a ênfase não esteja na implementação da tecnologia, mas nas redes que estabilizam, nos atores que ganham ou perdem poder e nas práticas de cuidado que são estruturadas e marginalizadas.

Para que uma transformação digital em saúde seja simultaneamente socialmente justa e tecnicamente consistente, a inovação tecnológica contínua, embora necessária, é insuficiente. Impõem-se modelos de governação sensíveis aos contextos sociais e institucionais, mecanismos de responsabilidade distribuída e uma atenção permanente às assimetrias que persistem nas infraestruturas digitais. Apenas ao reconhecer a inovação como um processo sociotécnico (e não como uma solução técnica) será possível alinhar de forma sustentável promessas de valor, práticas de cuidado e responsabilidades institucionais.

Referências

- Alpaydin, E. (2021). *Machine learning: The new AI* (2nd ed.). MIT Press.
- Callon, M. (1986). Some elements of a sociology of translation: Domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. In J. Law (Ed.), *Power, action and belief: A new sociology of knowledge?* (pp. 196-233). Routledge.
- Cressman, D. (2009). *A brief overview of actor-network theory: Punctualization, heterogeneous engineering & translation*. Centre for Policy Research on Science and Technology.
- Forrester Research (2023). *The state of low-code 2023*. Forrester Research.
- Latour, B. (2005). *Reassembling the social: An introduction to actor-network-theory*. Oxford University Press.
- Narapareddy, V. S. R., & Suresh Kumar Yerramilli, S. K. (2025). Edge AI and On-Device Machine Learning. *American Scientific Research Journal for Engineering, Technology, and Sciences*, 102(1), 227-248.
- Mesman, J. (2008). *Uncertainty in medical innovation: experienced pioneers in neonatal care*. Springer.
- Mol, A. (2008). *The Logic of Care: Health and the Problem of Patient Choice*. Routledge.
- Porter, M. E., & Lee, T. H. (2013). The strategy that will fix health care. *Harvard Business Review*, 91(10), 50-70. ■

Migração: entre o risco e a exceção

Eduarda Ribeiro Monteiro

Mestranda em Sociologia (FEUC)

No Portugal de 2065 a identidade nacional deixou de ser um sentimento coletivo e tornou-se uma sentença algorítmica. Um Sistema de Pureza Lusitana (SPL) passou a classificar cada habitante segundo determinações específicas e precisas conforme um índice invisível. Esta medida, criada sob o argumento de “preservar a cultura portuguesa”, define quem é verdadeiramente considerado como tal, dentre os habitantes do território.

No Portugal de castas a língua identifica-se como um dos critérios de seleção de pureza e verdadeiro pertencimento à comunidade. Normatizada pela Academia Algorítmica da Língua o “Português Puro” é a única forma de expressão permitida e oficialmente reconhecida pelo Estado. Dialeto como o mirandês, foram erradicados do ambiente público e passaram a integrar os sistemas de línguas mortas, estudados apenas pelos arqueólogos linguistas. As variações fonéticas, regionalismos ou traços estrangeiros (que não derivados do inglês – única língua estrangeira tolerada, já que o anglicismo é considerado sinal de sofisticação e integração global) são considerados contaminação linguística e são passíveis de censura e repressão pelos sistemas de vigilância nacional.

No topo da pirâmide do sistema se encontram os Portugueses de Raça Pura, descendentes dotados de certificados de linhagem, sem misturas genéticas estrangeiras. Gozam esses de privilégios como o acesso instantâneo a saúde, apoios habitacionais e sistemas de apoio ao trabalho digno e à qualidade de vida.

Abaixo deles uma diversidade enorme de outras castas. Logo abaixo dos primeiros, os Autorizados Dourados, que compraram seu direito de pertencer por intermédio de processos administrativos simplificados por toque biométrico, são os portugueses por investimento. Mais abaixo, os Nômades digitais e Expats, embora estrangeiros, carre-

gam consigo um status ambíguo de emissários de inovação tecnológica, mas com status de pertencimento temporário. Os vistos a eles concedidos, assim como suas permissões de existência no território, são limitados a contratos de trabalho e de renda, desde que preenchidos com elevadas cifras. E, por fim, no fosso da hierarquia, se encontram os invisíveis aos sistemas de cuidado, mas preferidos das inteligências artificiais ligadas à segurança pública e controle fronteiriço, os Imigrantes Colonizados e os de Origem Sudeste Asiática.

A prolepse catastrófica de um Portugal ultranacionalista pode parecer cômica se não fosse um trágico exagero dos acontecimentos que já decorrem no presente. O aumento dos fluxos migratórios e a dificuldade dos Estados em lidar com a questão é um dos mais graves problemas internacionais deste século. As populações deslocadas (sejam elas motivadas pelas mais diversas causas) acabam por se submeter a situações desumanizantes em decorrência da falta de perspectiva de desenvolvimento e sobrevivência em seus locais de origem. A decisão pela migração obriga-os a enfrentar barreiras físicas, psicológicas e burocráticas que os colocam como ilegais e os empurra para a margem dos sistemas públicos kafkianos dos Estados que os recebem.

A intensidade dos fluxos migratórios coloca à prova as políticas de integração social e apresenta cada vez mais desafios aos Estados e suas capacidades e mecanismos de gestão de crises humanitárias. As tensões entre os países nas divergências de resoluções, o aprofundamento dos controles de fronteiras, o crescimento de discursos anti-imigração e os acordos frágeis entre países do norte global, que buscam gerir a entrada massiva em seus territórios, indicam a falta de unidade e eficácia de suas decisões, explicitando a prevalência de interesses nacionais a uma real política humanitária.

Os desafios e oportunidades do futuro gi-

ram em torno de observar e lidar com as migrações como decorrência natural da globalização defendida e exaltada nas últimas décadas do século passado. O risco da precarização crescente e massiva das condições de existência pode ser observado por diversas perspectivas e, para a construção de uma sociologia comprometida com a justiça social, se deve buscar desvelar como a manipulação da percepção do risco relacionado aos deslocamentos humanos pode aproximar a humanidade, de modo acelerado, ao colapso autodestrutivo.

Segundo Ulrich Beck, sociólogo contemporâneo e principal formulador da teoria da sociedade do risco, a percepção social do risco condiciona os modos de pensar e de agir em situações específicas, ao passo que a projeção do futuro assume um papel central na configuração e na viabilidade do presente. Embora o autor não trate diretamente da migração como um risco em sua teoria, é importante observar que, na contemporaneidade, os fluxos migratórios estão cada vez mais relacionados a temáticas de incerteza, ambiguidade e complexidade, características típicas dos riscos descritos por Beck.

Observa-se que os Estados nacionais, sobretudo os do bloco europeu, ao lidarem com a migração de forma autoritária, ineficiente e, sobretudo, com um viés securitário e marginalizante, acabam por personificar os riscos, da segunda modernidade, na figura do deslocado por intermédio de uma política de limitação e regulação ultranacionalista de suas existências. A postura destes Estados, que utilizam o medo como instrumento para moldar os imaginários sociais, consolida-se através da ampliação de barreiras e fronteiras – entendidas como tecnologia política de gestão da insegurança. Essa estratégia, na maioria das vezes, está ligada às contradições do capital global e ao consequente enfraquecimento das condições de cidadania.

A ampliação das políticas de restrição e controle de fronteiras, ao objetivarem conter os deslocamentos de pessoas, gera desafios à efetivação dos direitos humanos e à própria integração dos deslocados. O aprofundamento das restrições transforma os territórios nacionais em espaços de exclusão onde a vida de determinados grupos é considerada descartável. A ideia de exceção vista como técnica de governo e de domina-

ção, para além de uma simples aplicação da norma ou de sua suspensão é ilustrada na teoria de Giorgio Agamben e pode trazer luz para a análise da realidade sob a ótica da normalização da exceção e de suas dinâmicas.



“Domingo Lisboaer”, Painel Triptico 1/3 de José Almada Negreiros – Parede nascente da Estação Marítima da Rocha do Conde de Ovídeos (1948)

A reflexão crítica e a mobilização teórico sociológica sobre a forma como o Estado imagina e concretiza o risco migratório é urgente. Os desafios enfrentados pelos deslocados são ilustrados rotineiramente por barreiras burocráticas, ineficazes e excludentes. É imperioso, portanto, uma abordagem que questione narrativas e práticas de exceção e desafie o senso comum individualista para que o direito de existir e migrar possa efetivamente funcionar em um universo democrático fortalecido e desenvolvido. ■

Governança bottom-up nas políticas públicas locais: tensão e conflito como ferramentas da sociedade civil pela democracia e combate ao populismo

Adriana Giroletti¹

Doutoranda em Democracia no Século XXI (CES/FEUC)

Em várias tradições da teoria social, a transformação social e política decorre da dinâmica de conflito e tensão na esfera pública. É, sobretudo, por meio dessa dinâmica que alternativas são construídas (dissidências), opondo-se a tendências autoritárias e populistas (resistência), apreciando-se ainda a capacidade de influenciar o que existe dentro das instituições (incidência/influência).² A dinâmica de conflito e tensão criada na esfera pública pode, em certa medida, assegurar um equilíbrio entre estabilidade e mudança social. A ideia de democracia deliberativa, assente em acordos deliberativos e ausência de conflito não mais se sustenta (Avritzer, 2011).

A formulação e implementação de políticas públicas ocorrem em contextos complexos e ambientes dinâmicos, caracterizados pela interação simultânea de múltiplos atores, em múltiplos níveis de decisão, logo, não são um resultado plenamente racional, coeso, ou oriundo da vontade de um ator único (Rhodes, 2012; Driessen *et al.*, 2012). Os governos não conhecem integralmente a vontade do povo e, assim, quando o desacordo emerge, podem ser afetados por diferentes formas de ação coletiva. Rejeira-se, portanto, um Estado assente numa burocracia hierárquica (governança top-down), avançando-se para uma maior utilização de mercados, quase-mercados e redes de prestação de serviços públicos, os quais requerem tanto a participação das redes sociais como do Estado, num processo descrito por Rhodes (2012)³ como *Waves of Governance*.

A iniciativa da sociedade civil organizada, associada a lógicas de governança bottom-up, constitui igualmente um reflexo dos mo-

vimentos desencadeados pelas denominadas “Ondas da Governança”⁴ após a reforma do Estado nos anos 80. Verifica-se, neste contexto, uma transformação nos padrões e nas formas de interação entre o Estado e outros atores sociais, no sentido de favorecer o seu envolvimento crescente nas instituições políticas e nos processos de decisão.

Esta nova lógica de governança comporta três dimensões centrais: o alargamento do campo dos atores, das formas de organização e das arenas de decisão; a ampliação do campo das relações e problemáticas associadas à gestão da coisa pública; e a redefinição do papel dos atores públicos e do nível institucional formal, acompanhada por um alargamento das formas de envolvimento informal (Ferreira, 2021).

Deste modo, rompe-se com a “visão histórica dos indivíduos e da sociedade civil organizada como objetos de governo”, que passam a ser entendidos como “sujeitos com direitos e autonomia”. Consequentemente, o poder político passa a operar, em larga medida, através da própria sociedade civil (Sending e Neumann, 2006: 651 e 672).

Diferentes lógicas de interação, estruturas e escalas de governança bottom-up, a nível local, partilham o objetivo comum e coordenado de promover mudanças na realidade. Acredita-se que a participação dos atores da sociedade civil tem um impacto significativo na qualidade de vida local (Driessen *et al.*, 2012; Wampler, 2011). Estes constituem arranjos complementares à democracia representativa, face à falta de identificação partidária e no combate à descontinuidade das políticas públicas. A capacidade de

auto-organização é uma das concepções mais avançadas de democracia, sendo a sociedade civil simultaneamente resultado e condição da efetividade das instituições participativas (Fuster *et al.*, 2007; Avritzer, 2011).

«Deste modo, rompe-se com a ‘visão histórica dos indivíduos e da sociedade civil organizada como objetos de governo’, que passam a ser entendidos como ‘sujeitos com direitos e autonomia’»

Uma iniciativa brasileira de governação bottom-up, fundada em 2021, visa discutir e propor soluções para o planejamento urbano, o desenvolvimento econômico, a sustentabilidade e a qualidade de vida na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, em parceria com o executivo local e outras entidades – o Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico de Belo Horizonte (CODESEBH). Esta iniciativa difere dos conselhos públicos criados pelo Estado, presentes em muitas áreas da política pública brasileira, uma vez que seu ponto de partida é a “direção hie-

rárquica ascendente (por parte de agentes cívicos, como ONG ou redes locais), opondo-se ao movimento costumeiramente descendente (Estado/sociedade)” (Sohre e Schubert, 2022: 4).

Propõe-se, assim, uma rede mais “horizontal” de participação, na qual a sociedade civil assuma um papel central na governação, seja através do exercício da advocacy, da produção de conhecimento especializado ou da prestação de serviços. Pretende-se que os atores sociais participem ativamente nos processos de políticas públicas e na definição das agendas políticas, entendidas como resultantes da interação contínua entre a ação social e a ação governamental. Este modelo configura-se, hoje, como um espaço legítimo de intervenção pública, no qual se estabelece um processo permanente de negociação e coordenação entre interesses diversos e frequentemente divergentes, marcado pela coexistência do conflito, da colaboração e da cooperação.

Apesar da ausência de um verdadeiro “momento deliberativo” no processo formal de tomada de decisão das políticas públicas, reconhece-se que a efetividade da participação democrática se concretiza em diferentes momentos e contextos ao longo do percurso participativo. A consolidação do



Foto: Rui Viana | ruimniquis.lg

poder e da autoridade destes movimentos constitui, por isso, um processo necessariamente prolongado, que se constrói de forma gradual e cumulativa.

Neste sentido, iniciativas de governação bottom-up evidenciam a realidade de que “sem uma sociedade civil eficaz, capaz de estruturar e canalizar debates sobre ideias diversas e interesses conflitantes, o Estado se afasta de seus sujeitos” (Castells, 2008: 78). A participação democrática não pode, assim, ser reduzida a uma mera incorporação consultiva de atores sociais, exigindo, antes, uma sociedade civil capaz de interperlar, tensionar e disputar sentidos face ao poder dominante das instituições políticas, muitas vezes atravessadas por lógicas clientelistas, elitistas e populistas.

Ao mesmo tempo, essa capacidade de oposição não deve traduzir-se em afastamento ou isolamento, mas antes na construção de alternativas concretas que possibilitem “influenciar e conectar-se com as instituições de forma conflituosa, inclusive através da presença na vida das instituições políticas formais” (Subirats, 2007: 25). Trata-se, assim, de uma ação simultaneamente crítica e propositiva, que atua tanto nas margens como no interior dos espaços institucionais.

Neste processo, a sociedade civil pode desempenhar um papel estruturante na redefinição das prioridades públicas e na disputa em torno dos valores que orientam a governação, preservando o seu potencial de “influenciar o bem-estar, os elementos de justiça e a liberdade como parte da posição de valor de todo o sistema” (Strange, 1991: 245). Deste modo, as experiências de participação bottom-up configuram-se como arenas prolongadas de negociação política e produção de legitimidade democrática, cuja eficácia depende menos de resultados imediatos e mais da consolidação gradual de autoridade coletiva e da capacidade de incidência no longo prazo.

Notas

¹ Bolsista FCT <https://doi.org/10.54499/UI/BD/154307/2023>.

² Subirats (2007) afirma que são três os vértices (resistência, dissidência, influência) que ilustram a tensão contra o poder dominante.

³ Três ondas: network governance, metagovernance, interpretive governance (Rhodes, 2012).

⁴ Tradução livre pela autora. Optou-se pelo termo “ondas” dado o movimento contínuo de mudança nas interações e na forma de governo com sociedade. A expressão Waves of Governance é da autoria de Rhodes (2012).

Referências

Avritzer, L. (2011). A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: Mapeando o debate. In R. R. C. Pires (Org.), *Efetividade das instituições participativas no Brasil: Estratégias de avaliação* (pp. 13–25). IPEA.

Driessen, P. P., Dieperink, C., van Laerhoven, F., Runhaar, H. A., & Vermeulen, W. J. (2012). Towards a conceptual framework for the study of shifts in modes of environmental governance: Experiences from the Netherlands. *Environmental Policy and Governance*, 22(3), 143–160.

Ferreira, I. (2021). *Governação, cidadania e participação nas pequenas cidades: Estudo comparado entre cidades portuguesas e canadianas* (Tese de doutoramento). Universidade de Coimbra.

Fuster M. M., Berlinguer, M., & Wainwright, H. (2007). *Networked politics: Rethinking political organisation in an age of movements and networks*. XL Edizioni.

Rhodes, R. A. W. (2012). Waves of governance. In D. Levi-Faur (Ed.), *The Oxford handbook of governance* (pp. 33–44). Oxford University Press.

Sending, O. J., & Neumann, I. B. (2006). Governance to governmentality: Analyzing NGOs, states, and power. *International Studies Quarterly*, 50(3), 651–672.

Sohre, A., & Schubert, I. (2022). The how and what of bottom-up governance to change household energy consumption behaviour. *Energy Research & Social Science*, 89, 102570.

Strange, S. (1996). *The retreat of the state: The diffusion of power in the world economy*. Cambridge University Press.

Subirats, J. (2007). Connecting collective and individual transformation: Political and economic transformation. In H. Wainwright, O. Reyes, M. Berlinguer, F. Dove, M. Fuster i Morell, & J. Subirats (Eds.), *Networked politics: Rethinking political organisation in an age of movements and networks* (pp. 15–16). Transnational Institute.

Wampler, B. (2011). Instituições participativas como “enxertos” na estrutura do Estado: A importância de contextos, atores e suas estratégias. In R. R. C. Pires (Ed.), *A efetividade das instituições participativas no Brasil: Perspectivas, abordagens e estratégias de avaliação* (pp. 151–158). IPEA. ■

A anatomia da suspeição: tecnociência e a reconfiguração do sujeito democrático

Filipa Queirós

Investigadora do Centro de Estudos Sociais

A emergência do movimento Black Lives Matter nos Estados Unidos da América, em 2013, e a sua mobilização massiva na última década marcaram não apenas uma crise de legitimidade institucional nas forças policiais, mas uma reafirmação da autoridade estatal através de um digital surveillant assemblage (Haggerty e Ericson 2000). À medida que os protestos públicos se foram intensificando, mobilizando milhares de pessoas nas ruas, recusando a impunidade perante a violência policial sistémica, as forças de segurança responderam com uma exibição hipervisível de militarização: veículos blindados e agentes em traje de combate ocuparam as ruas numa demonstração de força bruta. Simultaneamente, num plano menos visível, mas igualmente coercivo, recorreu-se ao uso de drones e à monitorização das redes sociais enquanto instrumentos de recolha de imagens, com vista à identificação dos/as manifestantes.

Contudo, foi no contexto das manifestações de 2020 que esta infraestrutura atingiu uma escala e sofisticação sem precedentes. Através de parcerias com entidades privadas, as forças policiais em diversas cidades norte-americanas empregaram ferramentas de scraping massivo – uma técnica de extração de dados automatizada que compila fotografias e vídeos de redes sociais e outras fontes abertas – com o objetivo de indexar numa base de dados imagens de acesso público e, com o auxílio da tecnologia de reconhecimento facial, permitir a identificação retroativa de manifestantes semanas após os eventos. Para além deste fim, a tecnologia de reconhecimento facial foi também utilizada para identificar cida-

dãos/ãs que publicavam determinadas gírias ou expressões culturais nas redes sociais, resultando em detenções seletivas e na vigilância sistemática de comunidades racializadas (Amnesty International, 2025).

«À medida que os protestos públicos se foram intensificando, mobilizando milhares de pessoas nas ruas, recusando a impunidade perante a violência policial sistémica, as forças de segurança responderam com uma exibição hipervisível de militarização»

Mais recentemente, o ICE (Immigration and Customs Enforcement) expandiu esta lógica para o controlo migratório, utilizando aplicações como o Mobile Fortify. Esta ferramenta de reconhecimento facial permite aos agentes cruzar instantaneamente a imagem do rosto com bases de dados federais e estatais, acedendo, em tempo real, a um arquivo de cerca de 200 milhões de imagens e dados pessoais sensíveis – como nacionalidade e histórico judicial (404 Media, 2025). A implementação deste dispositivo tem suscitado profundas controvérsias, sobretudo pela tendência institucional em sobrevalorizar a leitura biométrica em detrimento de documentação física ou do testemunho individual, elevando o veredito algorítmico a uma forma de prova última e dificilmente contestável. Estes episódios revelam como o rosto humano continua a ser convertido

num campo de batalha entre o poder soberano e a agência política, atualizando uma longa tradição de escrutínio do corpo enquanto mapa para a suspeição.

Foto: Aída Amer/Axios



Estes cenários não representam apenas um avanço tecnológico, mas refletem um discurso político que utiliza a tecnologia para garantir a ordem social. Sob a promessa de uma segurança absoluta, assiste-se à naturalização de uma vigilância que pretende substituir a incerteza constitutiva da política pela pretensa neutralidade e precisão algorítmica. Esta tendência reflete o que Campolo e Crawford (2020) chamam de “determinismo encantado”: a ideia de que a inteligência artificial possui uma capacidade superior e infalível, mas que, por ser “demasiado complexa”, não pode ser explicada ou questionada. Este “encantamento” acaba por proteger o Estado e as empresas: ao valorizar a precisão técnica da classificação em detrimento do conhecimento contextual e dos riscos sociais e políticos que lhe estão subjacentes, as instituições deixam de ser responsabilizadas pelas suas falhas ou pelos seus preconceitos.

Historicamente, a governação das populações assentou na utilização de estatísticas descritivas para gerir a incerteza. Atualmente, o reconhecimento facial constitui uma das ferramentas que permitem “domesticar” essa incerteza mediante uma monitorização contínua e minuciosa do espaço público. Estas práticas representam, portanto, modos de governação que, suportados pela retórica da infalibilidade da ciência (Lynch *et al.*, 2008), permitem aos Estados exercer uma autoridade sobre os corpos antes mesmo de que atos criminais tenham sido praticados. Contudo, esta autoridade é exercida através de sistemas profundamente opacos, cujos algoritmos são fre-

quentemente fornecidos por empresas privadas (Roussi, 2020) sem escrutínio público, o que compromete o princípio democrático da transparência institucional. A promessa de neutralidade tecnológica esbarra ainda na menor fiabilidade destes sistemas sobre populações racializadas e mulheres (Kazansky e Milan, 2021), agravada pela utilização de watchlists que estigmatizam grupos vulneráveis (Ferguson, 2018).

Mais do que ferramentas isoladas, estas tecnologias integram o que se designa por *surveillant assemblage* (Haggerty e Ericson 2000): uma rede socio-técnica interconectada onde dados biométricos, espaciais e comportamentais são combinados para produzir “conhecimento acionável” (Innes *et al.*, 2005). Funcionando como uma forma de inteligência policial, este conhecimento não serve apenas para descrever o presente, mas para guiar e justificar atividades de controlo, moldando a própria identidade dos sujeitos. É sobre esta rede de opacidade e monitorização que se opera a materialização digital do indivíduo: ao assumir o papel de interface entre o corpo físico e as bases de dados, o reconhecimento facial permite a mensuração da face enquanto código – uma fonte de informação estandardizada e objetiva (Aas, 2006).

«Mais do que ferramentas isoladas, estas tecnologias integram o que se designa por *surveillant assemblage*: uma rede socio-técnica interconectada onde dados biométricos, espaciais e comportamentais são combinados para produzir ‘conhecimento acionável’»

Ainda que se mantenha enquanto verdade biológica que permite a regulação de diversos aspetos da vida social dos indivíduos (Foucault, 2003), a face é sujeita a uma lógica de fragmentação que não apaga a dimensão política, mas antes a captura. Ao dividir o rosto em vetores e pontos nodais (Latimer, 2013) para a sua total informatização (Van der Ploeg, 2005), a tecnologia procede a uma desapropriação da narrativa individual (Aas, 2004): o indivíduo perde o controlo sobre o que o seu rosto comunica,

uma vez que o sistema o codifica e recategoriza de forma determinística a partir de critérios opacos. O rosto deixa, assim, de configurar um lugar de expressão da singularidade individual para se tornar um dispositivo de produção identitária, onde a avaliação do sujeito se expande para além da sua conduta. Sob este prisma, a concepção

num tempo específicos é suficiente para a integração em bases de dados policiais. Desta forma, a presença cívica é convertida em índices de perigosidade estatística, deixando a participação no espaço público de ser um exercício pleno de cidadania para se tornar um evento de produção de dados, no qual o corpo é codificado e indexado a redes



Foto: The Dazzle Club, série de Cocon Lanev (2021)

do indivíduo enquanto pessoa é progressivamente erodida (Latimer, 2013), cedendo lugar a uma identidade biométrica inteligível apenas para quem detém o poder dos dados, rigidamente associada a categorias de nacionalidade, de suspeição ou a perfis de perigosidade.

É precisamente nesta transição que o reconhecimento facial se consolida enquanto aparato biopolítico de governabilidade (Foucault, 2003; Ericson e Haggerty, 1997), funcionando como um regulador de (in)visibilidades: enquanto torna certas populações hipervisíveis perante o poder, a sua natureza algorítmica isola as práticas institucionais de qualquer escrutínio. Neste panorama, a simples presença física no espaço público converte-se num ato de visibilidade involuntária, onde a face exibida funciona como um sensor passivo para a recolha de dados. Esta identificabilidade torna-se o requisito técnico para a construção de novas redes de suspeição coletiva, onde a mera co-presença num espaço ou

de controlo, independentemente de qualquer indício individual de criminalidade.

Esta reconfiguração do espaço público projeta um potencial efeito de silenciamento ou dissuasão. Cientes que a sua circulação os/as torna legíveis e potencialmente agregáveis a determinados grupos de suspeição, os/as cidadãos/ãs podem retirar-se da esfera pública em detrimento da sua agência política. Contudo, este processo de retração não é absoluto nem isento de contestação. Como se tem verificado em diversos contextos de protesto, a implementação destas tecnologias tem gerado novas gramáticas de resistência e contravigilância. Desde o recurso à maquilhagem e padrões geométricos desenhados para confundir os algoritmos, até ao uso estratégico de máscaras e de tecnologias para obstruir os sensores de recolha dos dados biométricos, emergem táticas que procuram, em última instância, restaurar a opacidade do corpo perante o olhar do Estado (Monahan, 2015; Kazansky e Milan, 2021).

Estas modalidades de governação tecnocientífica criam novas formas de estratificação (Amoore, 2020), transformando o espaço público num campo de disputa técnica onde o acesso e a mobilidade são condicionados por processos de filtragem que reproduzem estigmas demográficos sob uma capa de neutralidade (Benjamin, 2019). Como sublinham Campolo e Crawford (2020), ao priorizar-se a "precisão" técnica em detrimento do contexto social, intensificam-se processos de classificação e controlo que ignoram os riscos políticos reais. Em última análise, os desafios que o reconhecimento facial coloca à democracia transcendem a questão da privacidade; trata-se da sobrevivência do anonimato como pilar da liberdade política. Se a presença num espaço público implica a integração automática em sistemas opacos que ninguém pode auditar (Pasquale, 2016), a própria noção de sujeito democrático é esvaziada.

«os desafios que o reconhecimento facial coloca à democracia transcendem a questão da privacidade; trata-se da sobrevivência do anonimato como pilar da liberdade política»

O futuro dependerá da capacidade crítica da sociologia e de outras disciplinas críticas para desconstruir do mito da neutralidade e do determinismo tecnológico, bem como para reivindicar o direito à circulação livre e anónima. Sem essa proteção, a democracia corre o risco de se transformar num regime de gestão de riscos, no qual o destino da cidadania passa a ser definido pela sua associação a um espaço que deixou de ser livre para se tornar plenamente legível e permanentemente escrutinável pelo poder.

Referências

404 Media. (2025, July 17). *Inside ICE's supercharged facial recognition app of 200 million images*. <https://www.404media.co/inside-ices-supercharged-facial-recognition-app-of-200-million-images/>

Aas, K. F. (2004). From narrative to database: Technological change and penal culture. *Punishment & Society*, 6(4), 379-393.

Aas, K. F. (2006). "The body does not lie": Identity, risk and trust in technoculture. *Crime, Media, Culture*, 2(2), 143-158.

Amnesty International. (2025, November 13). *Amnesty and S.T.O.P. reveal NYPD surveillance abuses*. <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2025/11/amnesty-and-s-t-o-p-reveal-nypd-surveillance-abuses/>

Amoore, L. (2020). *Cloud ethics*. Duke University Press.

Benjamin, R. (2019). *Race after technology: Abolitionist tools for the new Jim Code*. Polity Press.

Campolo, A., & Crawford, K. (2020). Enchanted determinism: Power without responsibility in artificial intelligence. *Engaging Science, Technology, and Society*, 6, 1-19.

Ericson, R. V., & Haggerty, K. D. (1997). *Policing the risk society*. University of Toronto Press.

Ferguson, A. G. (2018). *The rise of big data policing*. NYU Press.

Foucault, M. (2003). *Society must be defended: Lectures at the Collège de France, 1975-1976* (M. Bertani & A. Fontana, Eds.; D. Macey, Trans.). Picador.

Haggerty, K. D., & Ericson, R. V. (2000). The surveillant assemblage. *The British Journal of Sociology*, 51(4), 605-622.

Innes, M., Fielding, N., & Cope, N. (2005). "The appliance of science?" The theory and practice of crime intelligence analysis. *British Journal of Criminology*, 45(1), 39-57.

Kazansky, B., & Milan, S. (2021). "Bodies not templates": Contesting dominant algorithmic imaginaries. *New Media & Society*, 23(2), 363-381.

Latimer, J. (2013). Rewriting bodies, portraiting persons? The new genetics, the clinic and the figure of the human. *Body & Society*, 19(4), 3-31.

Lynch, M., Cole, S., McNally, R., & Jordan, K. (2008). *Truth machine: The contentious history of DNA fingerprinting*. University of Chicago Press.

Monahan, T. (2015). The right to hide? Anti-surveillance camouflage and the aestheticization of resistance. *Communication and Critical/Cultural Studies*, 12(2), 159-178.

Pasquale, F. (2016). *The black box society: The secret algorithms that control money and information*. Harvard University Press.

Ploeg, I. van der. (2005). *Biometric identification technologies: Ethical implications of the informatization of the body* (BITE Policy Paper No. 1). http://www.biteproject.org/documents/policy_paper_1_july_version.pdf

Roussi, A. (2020). Resisting the rise of facial recognition. *Nature*, 587(7834), 350-353. ■

LGBTQIA+ incomodam: cidadania sexual e a fabricação populista do inimigo moral

Vítor Godoi

Doutorando em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo (CES/FEUC)

A ascensão contemporânea do populismo conservador ocorre em paralelo ao aumento de ataques à população LGBTQIA+. Direitos ligados à diversidade sexual e de gênero tornaram-se, em diferentes contextos nacionais, campos de disputa política, frequentemente mobilizados como símbolos de decadência moral, ameaça à família ou corrosão da identidade nacional. A centralidade dessa pauta não é acidental. A cidadania sexual, ao reivindicar reconhecimento e emancipação, expõe tensões profundas das democracias liberais e oferece terreno fértil para a fabricação de inimigos morais. O populismo conservador opera nesse cenário como política de confronto moral. Em vez de tratar a disputa pública como divergência entre projetos de desenvolvimento, converte diferenças sociais em ameaça e transforma corpos, desejos e identidades LGBTQIA+ em alvo preferencial, apresentados como risco à ordem social.

A transformação do processo de emancipação em pânico moral

O populismo opera pela criação de um antagonismo entre “nós” e “eles”, no qual um inimigo comum fornece unidade simbólica ao povo (Laclau, 2013). O povo não é descrito como a diversidade social existente, mas como uma categoria aberta que condensa frustrações coletivas e legitima a desqualificação moral de adversários políticos. A lógica populista apoia-se em dois eixos centrais, o antielitismo e o antipluralismo (Müller, 2016). Nesse enquadramento, o populismo conservador transforma a política em um campo moral, no qual apenas uma parcela da sociedade é reconhecida como o verdadeiro povo, enquanto imprensa crítica, movimentos sociais e instituições mediadoras tornam-se alvos recor-

rentes, apresentados como obstáculos à vontade popular (Ginsburg e Huq, 2018).

A cidadania sexual insere-se nesse campo de conflito como provocação direta. O conceito refere-se ao reconhecimento político e jurídico das identidades e práticas sexuais e de gênero como parte dos direitos de cidadania, abrangendo trabalho, família, parentalidade, liberdade de expressão e proteção contra discriminação (Richardson, 2000; Santos, 2013). O eixo central dessa noção é a emancipação. A luta LGBTQIA+ não busca apenas inclusão formal, mas a possibilidade de viver gênero e sexualidade fora da tutela moral cisheteronormativa que historicamente regulou corpos e afetos.

Avanços jurídicos relevantes ocorreram nas últimas décadas. Dados da ILGA World indicam que a maioria dos Estados-Membros da ONU deixou de criminalizar relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo, enquanto 64 países ainda mantêm leis criminalizadoras, sendo que cerca de 12 preveem a pena de morte (ILGA World, 2024). Paralelamente, ampliaram-se direitos ligados à identidade de gênero, como a retificação de nome e gênero em registros civis e, em alguns países, o reconhecimento jurídico da autodeterminação de gênero. O reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo e o direito à adoção integram esse processo. A existência de marcos legais, contudo, não elimina o risco. Mesmo em contextos com maior proteção normativa, pessoas LGBTQIA+ permanecem expostas à violência física, à discriminação institucional e à invisibilização social.

Nesse cenário, o populismo conservador desloca a emancipação sexual para o centro do pânico moral. Demandas por igualdade passam a ser apresentadas como privilé-

gios ilegítimos ou imposições de elites desconectadas do povo. O discurso é tacanho, anuncia a existência fantasiosa de uma “ditadura gayzista” e da chamada “ideologia de gênero”, utilizada para negar existências e legitimar a opressão de pessoas fora da cis-generidade. O critério de exclusão deixa de se apoiar na realidade social e assume caráter moral (Müller, 2016).

A demonização das pautas LGBTQIA+ opera como instrumento dessa engrenagem. Alvares (2022) identifica duas frentes centrais dessas restrições: ataques à liberdade de expressão e barreiras legais à atuação de movimentos sociais LGBTQIA+. Na Hungria, desde 2021, leis passaram a proibir representações LGBTQIA+ em materiais educacionais; na Polônia, municípios autodeclarados “zonas livres de LGBT” institucionalizaram a exclusão simbólica desde 2019; nos Estados Unidos, medidas adotadas no primeiro governo Trump e aprofundadas a partir de 2025 restringiram o reconhecimento da identidade de gênero em políticas federais. Tais iniciativas corroem pilares democráticos ao enfraquecer a existência de corpos LGBTQIA+ e a participação social organizada.

Dessa maneira, o populismo conservador tergiversa. Em vez de enfrentar a multidimensionalidade das desigualdades sociais, prefere eleger minorias como inimigos morais, sob o manto de “Deus, pátria e família”, para encenar o papel de salvador de uma suposta Sodoma e Gomorra. Enquanto isso, o povo real e diverso permanece sem garantias dignas de existência, moradia, educação, saúde e trabalho.

Nós queremos o ouro no fim do arco-íris

Projetos populistas reivindicam soberania popular enquanto corroem os fundamentos democráticos do pluralismo, da igualdade jurídica e da proteção às minorias. Onde a promessa de dignidade para quem ousa existir é apedrejada, encarcerada, patologizada e renegada até dentro da própria família, a cidadania sexual revela-se um termômetro sensível da qualidade democrática.

O recado às pessoas LGBTQIA+ é direto: o que se reivindica é o direito de viver do nosso jeito, no nosso orgulhoso arco-íris,



Foto: Ana Raquel Matos

onde o ouro é para todes e a felicidade se constrói como um castelo igualitário em festa. Confrontar o populismo conservador exige participação social ativa, fortalecimento da sociedade civil e ocupação dos espaços públicos físicos e virtuais.

A história das nossas lutas demonstra que direitos nunca foram concedidos sem conflito. Como canta Pablo Vittar, “se recebo dor, te devolvo amor. E quanto mais dor recebo mais percebo que sou indestrutível”. A democracia só se sustenta quando corpos historicamente negados recusam o silêncio e insistem em resistir.

Referências

- Alvares, D. G. (2022). *Populismo conservador e agendas anti-LGBT no Brasil e na Rússia: Um estudo comparado* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais). Repositório Institucional da UFMG.
- Ginsburg, T., & Huq, A. Z. (2018). *How to save a constitutional democracy*. University of Chicago Press.
- ILGA World (2024). *Laws on us: A global overview of legal progress and backtracking on sexual orientation, gender identity, gender expression, and sex characteristics* (1st ed.). ILGA World.
- Laclau, E. (2013). *A razão populista*. Três Estrelas.
- Müller, J.-W. (2016). *What is populism?* University of Pennsylvania Press.
- Richardson, D. (2000). Claiming citizenship? *Sexuality, citizenship and lesbian/feminist theory. Sexualities*, 3(2), 255–272.
- Santos, A. (2013). *Social movements and sexual citizenship in Southern Europe*. Palgrave Macmillan. ■

Protestar contra o genocídio: Estado, repressão policial e protestos pela Palestina - o caso de Coimbra

António Coutinho, Cátia Santos e Hugo Rocheta

Mestranda/os em Sociologia (FEUC)

Os colonizadores escrevem sobre flores. Eu conto-te como as crianças atiram pedras contra os tanques israelitas segundos antes de se transformarem em margaridas.

Wadi (2024).

Estas palavras, escritas pela autora palestina Shahd Wadi, em 2024, ilustram a perturbadora realidade da atual limpeza étnica levada a cabo pelo Estado de Apartheid Israelita (Amnesty International, 2022) iniciada, segundo vários autores, com a Nakba em 1947 (Pappé e Chomsky, 2015). O 7 de Outubro de 2023 marca uma nova escalada da violência na Faixa de Gaza, segundo dados mais recentes – apesar de ser impossível calcular exatamente o número – estima-se que, desde então, 71.000 palestinianos tenham sido assassinados (Reuters, 2026). Com a escalada da violência, verificou-se também um aumento de protestos contra o genocídio em curso.

O direito ao protesto representa um pilar fundamental das democracias liberais contemporâneas. No entanto, como alguns autores argumentam, o Estado moderno tende a tratar formas de dissidência não como demonstrações de descontentamento, mas como ameaças à ordem pública e à segurança nacional (Marx, 1852; Luxemburgo, 1925; Della Porta e Reiter, 1998). Este discurso, que legitima a aplicação de medidas de repressão e a criminalização de práticas pela ação coletiva pelo protesto, é frequentemente levado a cabo pelas instituições de comunicação que Gramsci (2002) apelida de instituições da hegemonia cultural. Esta repressão e violência desproporcional para com manifestantes por parte do Estado não é pontual ou arbitrária, mas reveladora de um legado ditatorial que

normalizou esta prática como necessária à manutenção da ordem social, no caso, da ordem capitalista e que a coloca como integral aos Estados modernos, entendidos por Weber (1919/1946/2014) como os detentores legítimos do monopólio do uso da força.

No caso da ação coletiva pelo protesto em torno do fim do genocídio do povo palestiniano, tal tem sido particularmente evidente. No Reino Unido, por exemplo, o governo denominou o grupo ativista *Palestine Action* como uma organização terrorista sob o *Terrorism Act 2000* (Human Rights Watch, 2026) o que resultou em milhares de detenções – incluindo a prisão de centenas de manifestantes que simplesmente tinham mensagens de apoio à causa palestiniana. Em setembro de 2025, cerca de 857 pessoas foram detidas numa manifestação pró-palestiniana (Amnistia Internacional Portugal, 2025). Um outro exemplo notável é o caso alemão, onde o uso das palavras de ordem “*From the river to the sea, Palestine will be free*” foi recentemente considerado como criminoso, o que resultou na aplicação de diversas multas e detenções. Em 2025, por exemplo, em Berlim, uma manifestação em memória da Nakba levou à detenção de 50 pessoas (Deutsche Welle, 2023).

Inserido nesta vaga global de repressão sobre a ação coletiva e o protesto, Portugal não permanece imune a estas dinâmicas. Em Coimbra, foi recentemente presenciado um episódio que se afasta do que é considerado “normal” na vida política da cidade.

No dia 2 de outubro de 2025, num final de tarde marcado por uma mobilização expressiva na Praça 8 de Maio, reuniram-se mais de 300 pessoas, convocadas para se manifestarem contra a prisão ilegal de ati-

vistas portuguesas por Israel. O ambiente era caracterizado por um clima de indignação organizada, simultaneamente firme e pacífica. Ecoavam, em uníssono, palavras de ordem exigindo o fim do genocídio na Palestina e pelo regresso seguro dos ativistas detidos.

Este ambiente viria, no entanto, a alterar-se. Durante a manifestação, surgiram propostas espontâneas sobre a continuidade das formas de protesto. Nesse sentido, a concentração deslocou-se da Praça 8 de Maio para a zona da Ponte de Santa Clara, onde a mobilização prosseguiu por algum tempo, contando com centenas de pessoas, entre as quais se encontravam crianças acompanhadas pelas mães, pessoas idosas e dezenas de estudantes da Universidade de Coimbra. Durante o percurso gritou-se por uma Palestina livre, pelo fim do assassinato de milhares de crianças, pelo fim do genocídio e a favor da paz. O trajeto foi acompanhado por agentes da PSP, que controlavam o trânsito e escoltavam os manifestantes. À chegada à Ponte de Santa Clara, dezenas de manifestantes sentaram-se no pavimento, como forma de protesto.

Com o cair da noite, a energia coletiva começou a esmorecer e surgiam sinais de intenção de desmobilização. Em nenhum momento, porém, era antecipável o que se seguiria. A presença das forças de segurança intensificou-se de forma visível, sem que tivesse sido estabelecida qualquer comunicação com os manifestantes, com os quais até então a situação decorrera em moldes colaborativos.

Sem dar ordem formal de dispersão, os agentes iniciaram uma intervenção violenta, recorrendo a cassetetes, murros, pontapés e gás-pimenta. Várias pessoas foram projetadas contra o chão e agredidas, enquanto os agentes manifestavam um misto de prazer e raiva. Cinco manifestantes foram detidos – quatro dos quais estudantes da UC, incluindo dois estudantes de Sociologia – tendo sido alvo de agressões físicas continuadas, mesmo depois de algemados.

Importa ainda referir que, após uma das pessoas presentes ter proferido em voz alta o nome de um dos agentes envolvidos nas agressões, vários elementos da PSP retiraram a sua identificação visível, contrariando os princípios da transparência e a responsabilidade que regem a atuação das

forças de segurança em contexto democrático. Ao longo do percurso até à esquadra, bem como já nas instalações policiais, as pessoas detidas solicitaram reiteradamente a identificação dos agentes intervenientes – um direito consagrado no ordenamento jurídico português – sem que tal lhes tenha sido concedido em qualquer momento. Vários manifestantes solicitaram, insistentemente, por assistência médica, uma vez que apresentavam ferimentos resultantes da intervenção policial, os quais integram atualmente as diligências do processo em curso.



Foto: Luna Caballero

Importa igualmente realçar que não se registou, em momento algum, qualquer provocação ou comportamento violento por parte dos manifestantes que justificasse a agressividade da intervenção policial. Tratava-se de um protesto pacífico, no qual os participantes se limitavam a entoar palavras de ordem, tornando evidente a desproporcionalidade da resposta policial. Apesar desses factos, a narrativa pública sobre os acontecimentos foi construída maioritariamente a partir de fontes policiais, com a generalidade dos órgãos de comunicação social a reproduzir exclusivamente declarações oficiais, sem recolher testemunhos dos manifestantes envolvidos. Este padrão contribui para a legitimação discursiva da repressão e para a produção de uma leitura do protesto como problema de ordem pública, em detrimento da sua dimensão política (Tilly e Tarrow, 2007). O jornal A

Cabra constituiu a única exceção, procurando ouvir manifestantes antes de publicar a sua notícia sobre o ocorrido.

Em última análise, o caso de Coimbra deve ser compreendido não como um episódio arbitrário ou esporádico, mas como expressão de um aparelho estatal e das suas estratégias de manutenção do *status quo* (Gramsci, 2002; Marx & Engels, 1932), que exerce, de forma “legítima” (Weber, 1919), o monopólio do uso da violência, através das suas instituições, nomeadamente a polícia e, quando necessário, outras forças militares.

No contexto português, tem-se assistido de forma recorrente a um processo de deslegitimação das ações de protesto, apesar de estas constituírem um direito constitucional. Um exemplo recente é o da greve geral, durante a qual se observaram tentativas explícitas de dissuasão da participação, bem como uma escalada da violência policial sobre manifestantes e piquetes em várias cidades do país.

Esta violência policial, atualmente noticiada como prática comum em várias partes do mundo, assenta numa lógica de desumanização que, embora historicamente aplicada de forma mais intensa nos bairros periféricos e sobre populações racializadas, se estende também aos protestantes e trabalhadores que desafiam o sistema de ordem capitalista dominante. A mobilização em torno de causas como a da palestiniana tem evidenciado esta lógica repressiva, ao demonstrar como formas de solidariedade política para além das fronteiras nacionais são frequentemente tratadas como ameaça interna, desencadeando respostas estatais que reafirmam a centralidade da violência institucional na contenção do dissenso.

O aumento da violência policial e das tentativas de controlo da ação coletiva pelo protesto deve ser analisado como parte de um conjunto mais amplo de ataques às democracias contemporâneas, à liberdade de expressão e aos direitos humanos. Torna-se, por isso, fundamental refletir sobre o futuro que desejamos para a democracia em Portugal e para o exercício do direito à ação coletiva pelo protesto. Quando a polícia age como braço armado de uma linha política, suprimindo, pela força, o debate que a democracia deveria permitir, quem nos protege da própria polícia?

Por uma Palestina Livre!

Referências

- Amnesty International. (2022, February 1). *Israel's apartheid against Palestinians: Cruel system of domination and crime against humanity*. <https://www.amnesty.org/en/latest/campaigns/2022/02/israels-system-of-apartheid/>
- Amnistia Internacional Portugal. (2025, January 25). *Fim à perseguição de manifestantes pacíficos no Reino Unido*. <https://www.amnistia.pt/eventos/fim-a-perseguiçao-de-manifestantes-pacificos-no-reino-unido/>
- Della Porta, D., & Reiter, H. (Eds.). (1998). *Policing protest: The control of mass demonstrations in Western democracies*. University of Minnesota Press.
- Deutsche Welle. (2023, October 29). *Ato pró-Palestinos em Berlim termina com dezenas de feridos*. <https://www.dw.com/pt-br/ato-pr%C3%B3-palestinos-em-berlim-termina-com-dezenas-de-feridos/a-72571775>
- Gramsci, A. (2002). *Prison notebooks*. *International Gramsci Society*. https://www.marxists.org/archive/gramsci/prison_notebooks/
- Human Rights Watch. (2026, January 7). *Silencing the streets: The right to protest under attack in the United Kingdom*. <https://www.hrw.org/report/2026/01/07/silencing-the-streets/the-right-to-protest-under-attack-in-the-united-kingdom>
- Luxemburg, R. (1925). *The mass strike*. *Marxist Educational Society of Detroit*. <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1906/mass-strike/>
- Marx, K. (1852). *The eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*. <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1852/18th-brumaire/>
- Marx, K., & Engels, F. (1932). *The German ideology*. <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1845/german-ideology/>
- Pappé, I., & Chomsky, N. (2015). *On Palestine*. Haymarket Books.
- Reuters. (2026, January 15). *Israeli strikes kill five in Gaza, say local health authorities*. <https://www.reuters.com/world/middle-east/israeli-strikes-kill-five-gaza-say-local-health-authorities-2026-01-15/>
- Tilly, C., & Tarrow, S. (2006). *Contentious politics*. Oxford University Press.
- Wadi, S. (2024, April 15). *Alucinações sobre flores meio ano depois*. *Esquerda.net*. <https://www.esquerda.net/opiniao/alucinacoes-sobre-flores-meio-ano-depois/90520>
- Weber, M. (1919/1946/2014). *Politics as a vocation*. In H. H. Gerth & C. Wright Mills (Eds.), *From Max Weber: Essays in sociology* (pp. 77-128). Oxford University Press. Reprint, Moulin Digital Editions. ■

A greve de Schrödinger

João Luz da Ponte

Mestrando em Sociologia (FEUC)

No dia 11 de dezembro de 2025, a primeira greve geral em 12 anos, convocada pelas duas principais centrais sindicais do país, paralisava-o, respondendo assim à proposta de contrarreforma às leis do trabalho que o governo em funções apresentara em julho do mesmo ano, sob o nome “Trabalho XXI” – anteprojeto de alteração à legislação laboral em que, em mais de cem alterações, todas apontavam para o aumento do desequilíbrio entre trabalho e capital.

Até à Greve Geral de 11 de dezembro, várias foram as mobilizações contra o avanço do mesmo e de políticas semelhantes, sendo o Pacote Laboral fortemente criticado pelas estruturas sindicais, embora com diferentes graus de intensidade e posicionamentos face a ele. A 8 de novembro, a CGTP-IN, através do seu secretário-geral, Tiago Oliveira, anunciava a Greve Geral, no fim de uma marcha nacional contra o Pacote Laboral, em Lisboa, à qual afluíram mais de cem mil trabalhadores.

Tive a oportunidade de acompanhar várias mobilizações dos sindicatos afetos à CGTP-IN, nos meses que antecederam a greve geral, desde simples ações de contacto com trabalhadores, nomeadamente no setor da hotelaria, restauração e similares nos distritos de Coimbra e Leiria, até ações mais amplas, como a referida manifestação do dia 8 de novembro. Pude observar que existia, nas próprias estruturas sindicais, alguma incerteza face ao grau de adesão à paralisação, pois, se o contacto diário com os trabalhadores apontava que, na generalidade, havia consciência do impacto que a aprovação do referido Pacote teria nas suas vidas, é complicado prever qual a adesão efetiva à greve – sobretudo em setores onde a presença das organizações representativas de trabalhadores é mais reduzida no dia a dia dos locais de trabalho e onde as taxas de sindicalização são reduzidas.

Desde as 23 horas de dia 10 de dezembro

até às 9 horas do dia seguinte, estive em seis piquetes de greve de setores distintos da atividade económica, onde houve adesões qualitativamente e quantitativamente distintas; mas cada trabalhador que optou conscientemente por não ir trabalhar nesse dia – tenha tomado a decisão um mês antes ou no momento em que estava a chegar ao seu local de trabalho – e por perder a retribuição salarial correspondente a esse período deu um sinal de que estava contra aquilo que o governo havia proposto: uma tomada de posição que, contrariamente a um voto secreto colocado numa urna, pode trazer consequências como a não renovação de um contrato a prazo, a exposição a assédio por parte de chefias, da própria entidade patronal ou, por vezes, até da parte de colegas de trabalho – simplesmente por exercer um direito seu.

«cada trabalhador que optou conscientemente por não ir trabalhar nesse dia (...) e por perder a retribuição salarial correspondente (...) deu um sinal de que estava contra aquilo que o governo havia proposto: uma tomada de posição que, contrariamente a um voto secreto colocado numa urna, pode trazer consequências»

Da parte do governo, o país assistiu ao ministro da Presidência, Leitão Amaro, afirmar que a greve havia sido inexpressiva e que a adesão no setor privado e social ficara abaixo dos 10 pontos percentuais; enquanto a CGTP-IN avançava com uma adesão na ordem dos três milhões de trabalhadores, sendo que o impacto da greve viria a verificar-se numa quebra quantitativa relevante da atividade económica, a

GREVE GERAL

11 DEZ. 2025

rondar os 8 p.p., segundo o Banco de Portugal. Mesmo perante discursos dissimulados e ardilosos dos governantes – criando divisões no seio da classe trabalhadora, ao associar a greve à função pública, e fingindo não entender o motivo de uma ação de tal dimensão – e até intervenções policiais em piquetes, violando direitos associados à greve, os trabalhadores avançaram e demonstraram que são os únicos reais produtores e construtores de Portugal.

A adesão foi de tal ordem que, se dias antes da greve o líder do partido de oposição mais votado nas últimas legislativas falava na necessidade de alterar leis do trabalho “soviéticas” e afirmava que a greve interessava

apenas a sindicatos controlados pela suposta extrema-esquerda, no próprio dia viria a falar publicamente, colocando-se... ao lado da greve, pois esta seria culpa do governo e os trabalhadores portugueses teriam, afinal, motivos para estar descontentes e para aderir a ela.

Do governo ao principal partido da oposição, a greve geral – que o foi e não foi ao mesmo tempo – atinge um patamar semelhante à existência ao gato de Schrödinger; menos, porém, para quem nela participou ou saiu à rua nesse dia e viu um país ora paralisado, ora a meio-gás. É preciso abrir a caixa da greve para entender que a classe trabalhadora estará sempre viva. ■

Dar voz não chega: notas críticas sobre participação infantil

Catarina Tomás

Docente da Escola Superior de Educação de Lisboa (ESELx-IPL)

Investigadora CICS.NOVA

A participação das crianças constitui, há várias décadas, um eixo central dos Estudos Sociais da Infância e da Sociologia da Infância, sustentada por um vasto corpo teórico e empírico que tem questionado a invisibilidade histórica das crianças na produção de conhecimento e na vida pública. Fortemente influenciada pelos quadros dos direitos da criança e pelas críticas às epistemologias adultocêntricas e adultistas, a participação passou a ser apresentada como um imperativo ético e democrático, frequentemente associada à necessidade de “dar voz” às crianças e de as envolver de forma mais ativa nos processos que lhes dizem respeito. Contudo, apesar da densidade e da longevidade deste debate académico, estas problematizações têm revelado dificuldades persistentes em inscrever-se nos discursos públicos, educativos, pedagógicos e institucionais, onde a participação tende a surgir esvaziada de complexidade analítica e convertida em fórmula consensual, repetida como mantra e operacionalizada como dispositivo normativo.

Importa, assim, interrogar como essa participação é socialmente construída, que vozes se tornam audíveis, em que enquadramentos institucionais e através de que relações de poder. A voz não é um dado neutro nem um atributo natural; é produzida, mediada e legitimada em contextos sociais específicos, atravessados por assimetrias geracionais, sociais e institucionais. A centralidade atribuída à “voz” tende ainda a privilegiar formas específicas de expressão – verbais, explícitas e socialmente reconhecíveis – obscurecendo silêncios, recusas, hesitações ou envolvimento parciais, que não devem ser interpretados como ausência de participação, mas como expressões socialmente situadas, epistemológica e metodo-

logicamente implicadas e eticamente significativas.

É a partir desta perspetiva crítica que este texto propõe uma reflexão sobre a participação das crianças, deslocando o foco das técnicas participativas e dos dispositivos formais para as relações, os processos e as condições sociais que definem quem pode participar, de que forma e com que efeitos.

A Sociologia da Infância tem vindo, há muito, a sublinhar que a voz não constitui uma entidade transparente nem um acesso direto à experiência infantil. Diversos autores têm problematizado os riscos associados à naturalização da voz enquanto expressão autêntica das crianças, chamando a atenção para as armadilhas epistemológicas e políticas de “dar voz” sem questionar quem define o que conta como voz, em que contextos e com que finalidades. Neste sentido, ouvir crianças não equivale, necessariamente, a reconhecer a sua participação, podendo antes reforçar relações de poder ao legitimar apenas determinadas formas de expressão consideradas social, moral ou politicamente aceitáveis (James, 2007).

Esta crítica torna-se particularmente relevante na análise dos espaços participativos. Longe de serem neutros, estes espaços produzem vozes específicas e silenciam outras. As suas características institucionais, organizacionais e materiais – tempos e espaços disponíveis, formatos de interação, expectativas adultas, regimes de avaliação e normas implícitas, entre outras – moldam aquilo que pode ser dito e ouvido. A participação implica, assim, processos de legitimação que definem não apenas quem fala, mas quais as formas de expressão consideradas válidas ou dignas de reconhecimento.

Paradoxalmente, dispositivos concebidos com intenções inclusivas tendem a excluir crianças que não dominam essas formas de expressão ou cujas experiências não se ajustam aos critérios instituídos, frequentemente ignorando dimensões como classe social, gênero, idade, língua, deficiência, etc.

Estas problematizações encontram forte ressonância na Sociologia da Infância desenvolvida em Portugal, que há cerca de 25 anos vem evidenciado, de forma consistente, que a participação das crianças é estruturalmente condicionada por relações de poder geracionais, por desigualdades sociais e por lógicas institucionais. A investigação neste campo tem mostrado que, mesmo em contextos educativos que promovem a participação, a palavra “infantil” é desigualmente distribuída e hierarquizada, favorecendo determinadas crianças e marginalizando outras. Tem igualmente sublinhado as tensões entre discursos normativos sobre os direitos da criança e práticas concretas de participação, frequentemente condicionadas por expectativas adultas, rotinas institucionais e critérios implícitos de aceitabilidade, bem como a importância de considerar as dimensões éticas, emocionais e relacionais da participação, incluindo silêncios, recusas e ambiguidades que escapam às narrativas celebratórias (Ferreira, 2004; Fernandes, 2009; Sarmento, 2005; Tomás, 2011; Trevisan, 2018).

Importa ainda reconhecer que a participação das crianças não se esgota na expressão simbólica ou na escuta relacional. Como sublinhado por Matos e Tomás (2014), está igualmente em causa o reconhecimento da participação como direito político substantivo, ligado à possibilidade de intervenção na vida pública e à produção de efeitos concretos nas decisões coletivas. A proliferação de dispositivos participativos sem impacto efetivo corre o risco de reforçar uma participação retórica, desprovida de consequências materiais, contribuindo para o esvaziamento político do próprio conceito.

Estas perspetivas convergem na recusa de uma visão simplificada e despolitizada da participação. Participar não é apenas falar, ser escutado ou ser consultado; implica ter influência, produzir efeitos e gerar consequências nos processos e nas decisões em que as crianças são envolvidas. A ausência dessas consequências constitui, em si

mesma, um dado sociologicamente relevante, que exige interrogação crítica sobre os limites, os usos e os efeitos reais dos dispositivos participativos dirigidos às crianças.

«A voz não é um dado neutro nem um atributo natural; é produzida, mediada e legitimada em contextos sociais específicos, atravessados por assimetrias geracionais, sociais e institucionais.»

Reconhecer a participação como trabalho relacional, ético e político não enfraquece o seu significado; pelo contrário, reforça-o, ao tornar visíveis as exclusões, tensões e desigualdades que atravessam os próprios dispositivos participativos, frequentemente ocultadas por discursos celebratórios e pouco exigentes quanto às suas consequências.

Referências

- Ferreira, M. (2004). “A gente gosta é de brincar com os outros meninos!”: As relações sociais entre crianças num jardim de infância. Edições Afrontamento.
- Fernandes, N. (2009). *Infância, direitos e participação: Representações, práticas e poderes*. Edições Afrontamento.
- Matos, A. R., & Tomás, C. (2014). Só se aprende a participar, participando: Abordagem aos orçamentos participativos de crianças e jovens. In H. Veloso Neto & S. L. Coelho (Eds.), *Responsabilidade social, respeito e ética na vida em sociedade* (pp. 209-244). Civeri Publishing.
- Sarmento, M. J. (2005). Gerações e alteridade: Interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação & Sociedade*, 26(91), 361-378.
- Spyrou, S. (2011). The limits of children’s voices: From authenticity to critical, reflexive representation. *Childhood*, 18(2), 151-165.
- Tomás, C. (2011). *Há muitos mundos no mundo: cosmopolitismo, participação e direitos da criança*. Edições Afrontamento.
- Trevisan, G. (2018). A participação das crianças nos discursos e práticas: Um breve “estado da arte” na procura de novos desafios. In M. J. Sarmento, N. Fernandes & R. Siqueira (Eds.), *Infâncias, direitos e participação* (pp. 129-150). Cànone Editorial. ■

Consciência de classe e ação coletiva no movimento urbano Vida Justa

Gabriel Ferreira, Gil Silveira e Pedro Nunes

Estudantes da Licenciatura em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

N um contexto de agravamento das desigualdades, mercantilização do espaço urbano e crise da participação institucional, os movimentos sociais urbanos emergem como espaços centrais de ação coletiva e de contestação das estruturas de poder. Este texto analisa o papel da consciência de classe na organização e intervenção do movimento urbano Vida Justa, na Área Metropolitana de Lisboa (AML), a partir de uma perspectiva marxista, articulada com a sociologia crítica urbana (Brenner, 2018).

O trabalho aponta possibilidades quanto à forma como a consciência de classe se constrói no seio do movimento Vida Justa, a partir de experiências de exploração e exclusão, e como poderá traduzir-se em práticas organizativas, reivindicativas e territoriais. Procura-se ainda indicar possíveis contributos dos movimentos sociais urbanos para a revitalização da participação cívica e para a inovação social fora dos canais partidários tradicionais. Metodologicamente, assenta na realização de três entrevistas semiestruturadas, de caráter exploratório, com membros ativos do movimento, permitindo captar trajetórias, experiências de classe e interpretações da ação coletiva.

Do ponto de vista teórico, o conceito de classe social é mobilizado a partir de uma leitura marxista, entendendo-a como uma relação social definida pela posição nos meios de produção e pelas relações de exploração associadas. Como sublinha Marx (1867/2017), o capital não é uma coisa, mas uma relação social mediada por coisas, o que exige uma compreensão relacional e totalizante da sociedade. Nessa linha, Lukács (2003) concebe a consciência de classe não como mera percepção individual das condições de vida, mas como compreensão coletiva da situação objetiva de classe

e da sua potencialidade histórica de transformação. A consciência de classe assume, assim, a forma de práxis, orientando a ação coletiva para a transformação do todo social e não apenas para a resolução de problemas isolados.

Esta perspetiva pode ser complementada pela sociologia crítica urbana, nomeadamente pelos contributos de Henri Lefebvre (1968), para quem a cidade capitalista é produzida de forma estruturalmente desigual, privilegiando os interesses do grande capital e excluindo amplos setores da população do acesso a recursos, infraestruturas e oportunidades urbanas. A cidade configura-se, assim, como um campo permanente de conflito, onde se materializam relações de poder e lutas pela apropriação do espaço. Neste quadro, os movimentos sociais urbanos emergem como agentes centrais da luta pelo direito à cidade, tornando visíveis as contradições da urbanização capitalista (Harvey, 2012). Esta leitura é aprofundada por Nel-lo (2018), que destaca o papel destes movimentos na construção de formas alternativas de organização urbana assentes na participação, na justiça social e na inovação democrática.

Os dados exploratórios revelam trajetórias marcadas pela precariedade laboral, pela exclusão territorial e por múltiplas formas de desigualdade estrutural. Nas três entrevistas analisadas, a consciência de classe emerge da experiência vivida da exploração e da marginalização, sendo posteriormente politizada através da organização coletiva. A recusa do individualismo neoliberal – expressa na percepção de que os problemas vividos não podem ser resolvidos isoladamente – constitui um elemento central na passagem da experiência individual para a ação coletiva consciente, tal como descrito por Lukács (2003).

O movimento Vida Justa é percebido pelos entrevistados como um espaço de auto-organização democrática, onde as prioridades políticas são definidas a partir das necessidades concretas dos bairros e da classe trabalhadora. A centralidade das assembleias locais, a horizontalidade organizativa e a articulação entre diferentes lutas — habitação, transportes, trabalho, racismo e acesso aos serviços públicos — evidenciam uma consciência de classe que se manifesta na prática quotidiana do movimento. Estas dinâmicas confirmam análises recentes sobre a centralidade da habitação e da financeirização urbana na recomposição contemporânea das desigualdades de classe (Aalbers e Haila, 2018).

«O movimento Vida Justa é percebido pelos entrevistados como um espaço de auto-organização democrática, onde as prioridades políticas são definidas a partir das necessidades concretas dos bairros e da classe trabalhadora»

A dimensão territorial assume particular relevância nesta análise. A periferia é entendida não como espaço marginal, mas como espaço produtor da cidade e, simultaneamente, excluído do seu usufruto. Esta leitura reforça as teses de Lefebvre (1968) sobre a produção desigual do espaço urbano e evidencia a forma como a segregação territorial funciona como mecanismo de reprodução das desigualdades de classe. Ao reivindicar o direito à cidade, o Vida Justa transforma o território num eixo central da luta de classes, articulando a crítica ao capitalismo neoliberal com práticas concretas de intervenção local.

Conclui-se que o movimento Vida Justa evidencia a presença de uma consciência de classe consistente, visível tanto nos discursos individuais como nas suas práticas de ação coletiva. Essa consciência constitui o eixo estruturante da sua ação política, permitindo articular reivindicações imediatas com uma crítica estrutural às dinâmicas de exploração e exclusão que moldam a cidade contemporânea. Enquanto movimento social urbano, o Vida Justa contribui para a re-

vitalização da participação política e para a construção de formas democráticas de base, confirmando a relevância dos movimentos sociais urbanos enquanto espaços privilegiados de produção de consciência de classe e de transformação social.



Foto: Ana Raquel Matos

Nota

¹ Vida Justa é um movimento social urbano ativo na Área Metropolitana de Lisboa, focado na defesa do direito à habitação e à cidade, reunindo moradores e ativistas afetados por despejos, rendas elevadas, precariedade habitacional, gentrificação e especulação imobiliária (cf. <https://vidajusta.org/>).

Referências

- Aalbers, M., & Haila, A. K. E. (2018). The financialization of housing: a political economy approach. *Urban Studies*, 55(8), 1821-1835.
- Brenner, N. (2018). *New Urban Spaces: Urban Theory and the Scale Question*. Oxford University Press.
- Harvey, D. (2012). *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. Verso.
- Lefebvre, H. (1968). *Le droit à la ville*. Anthropos.
- Lukács, G. (2003). *História e consciência de classe*. Martins Fontes.
- Marx, K. (2015). *O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital*. Boitempo Editorial.
- Nel-lo, O. (2018). *La ciudad en movimiento: Crisis social y respuesta ciudadana*. Díaz & Pons. ■

Entre o riso e a crítica: humor e política na candidatura de Manuel João Vieira

Margarida Machado

Estudante da licenciatura em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

A pós quatro candidaturas não admitidas às eleições presidenciais – em 2001, 2006, 2011 e 2016 – Manuel João Vieira regressou, pela quinta vez, agora de forma oficial, ao palco político, afirmando que apenas desistiria se fosse eleito. Sendo uma das principais figuras do humor nonsense em Portugal, com destaque para a banda da qual foi vocalista – Ena Pá 2000 – Vieira transportou o seu absurdismo para o campo político, e prometeu vinho canalizado para todos os portugueses, dançarinos cubanos para todas as mulheres, um Ferrari para cada cidadão, entre outras propostas igualmente caricatas.

A sua candidatura não se limitou à provocação do riso. Vieira procurou expor o absurdo da política, denunciando uma instituição que, segundo o próprio, se vendeu ao espetáculo mediático (Frade, 2025). Este texto propõe analisar a relação entre humor e política, tomando como objeto de estudo a figura de Manuel João Vieira.

Conceitos e abordagens

O humor pode definir-se como modo de agir que faz com que as outras pessoas riem e fiquem bem-dispostas, como algo cómico. Importa desde já destacar dois aspetos centrais para esta análise. Em primeiro lugar, a sua dimensão lúdica, incontornável; em segundo lugar, a sua dimensão social (Kuipers, 2008), uma vez que o humor apenas se concretiza quando é reconhecido por outrem. Estudar o humor implica, portanto, compreender como o desempenho do humorista se articula com a reação do público.

No aprofundamento teórico do humor emergem três grandes abordagens: a teoria

da superioridade, a teoria da libertação ou catarse, e a teoria da incongruência (Marques, 2024; Kuipers, 2008). A primeira entende o humor como escárnio, baseado na ridicularização e inferiorização do outro. A segunda interpreta-o como um mecanismo de libertação de tensões, em que se estabelece uma relação de cumplicidade entre humorista e público. Por fim, a teoria da incongruência é uma proposta de cariz disruptivo (Marques, 2024) que associa o humor ao inesperado e ao absurdo, o que resulta numa rutura com onexo lógico e com as expectativas da realidade (Couder, 2019; Tesnohlikova, 2021). Esta surge frequentemente como sinónimo do humor absurdista (Couder, 2019), pelo que, neste texto, é esta a abordagem privilegiada.

Torna-se relativamente simples enquadrar o trabalho de Manuel João Vieira na teoria da incongruência. Através da sua campanha política, Vieira surge como um candidato fora da norma que, ao criar uma personagem política inequivocamente cómica, quebra expectativas e transgride os tabus associados à política institucional.

Mais do que comédia, contudo, a sua candidatura revela uma clara intenção satírica, que ultrapassa o simples objetivo de fazer rir. A sátira distingue-se precisamente pela centralidade da crítica social, procurando desvendar as falhas de indivíduos, instituições ou sociedades, expondo-as ao ridículo e ao escárnio (Tesnohlikova, 2021).

O “Candidato Vieira”

Surgindo, tanto em 2001 como atualmente, num contexto de desgaste político e num país marcado por um certo cinzentismo ins-

titucional, Manuel João Vieira procura, à luz de Bergson (1990), quebrar o carácter “mecânico” da política, despertando a consciência dos cidadãos. Para tal, retoma a figura clássica do “bobo da corte”, personagem historicamente desprovida de estatuto social e, por isso, “livremente irresponsável” (Marques, 2024), capaz de pôr em causa a autoridade institucional (Marques, 2024; Adriaensen *et al.*, 2023).

Vieira infiltra-se na instituição para, desde o seu interior, produzir uma crítica contundente sobre ela. Ao encarnar a caricatura do “político-tipo”, não constrói apenas uma realidade fictícia absurda; ele parte da própria realidade política e, hiperbolizando-a, expõe os seus vícios. Ao exagerar declarações e posturas dos políticos portugueses, desmascara a sua incoerência e falta de convicção, confrontando-os diretamente.

O humor de Vieira revela um claro poder de denúncia, mas também de desempoderamento e dismantelamento simbólico das instituições políticas e das suas figuras centrais (Tesnohlikova, 2021). Neste sentido, o humor pode ser entendido como uma arma e como forma de resistência (Kuipers, 2008).

Contudo, ao observar-se o público destas eleições, verifica-se uma mudança clara da última candidatura para a recente. O alcance de Vieira tornou-se mais massificado, não tanto pela sua mensagem política, mas pela sua vertente lúdica. Desde modo, a dupla função da candidatura de Manuel João Vieira, que mobiliza o absurdo simultaneamente como recurso cómico e como instrumento de denúncia política, não se realiza plenamente no plano da sua receção.

Se, para o humorista, o nonsense funciona como meio de crítica aos vícios da política institucional, repare-se que para grande parte do público esta dimensão satírica é desconsiderada. Ao privilegiar o riso em detrimento da reflexão, o público acaba por dispensar o potencial disruptivo do humor, transformando a candidatura num espetáculo despolitizado e evidenciando limites à eficácia do humor como forma de intervenção política. Contudo, não deixamos de estar perante um objeto analítico muito interessante, em que o humor não deixa de atuar enquanto termostato social (Adriaensen *et al.*, 2023). Este levanta

sérias questões sobre apatia política e perda do sentido crítico no contexto democrático português.

Conclusão

Para lá da sua dimensão cómica e absurda, em que Vieira procura introduzir leveza num contexto político cada vez mais corrompido, o artista procura estimular, simultaneamente, a reflexão e o pensamento crítico num fenómeno que se pode enquadrar no conceito de “politicainment” (Riegert, 2007), ou seja, a transformação da política em entretenimento. A sua candidatura assume, deste modo, relevância enquanto gesto de denúncia de uma democracia desgastada, procurando reavivar da consciência coletiva e fomentar a constituição de um movimento simbólico de protesto. Contudo, a receção predominantemente lúdica do seu discurso por parte do público, centrada na caricatura e não na crítica, evidencia os limites desta estratégia levantando preocupações relativas ao alheamento político da sociedade portuguesa.

Referências

- Adriaensen, B., Bricker, A. B., Godioli, A., & Laros, T. (2025). Humor and the Law: Laughter as Critique/The Limits of Laughter. *Law, Culture and the Humanities*, 21(2), 163-174.
- Bergson, H. (1993). O riso: *Ensaio sobre o significado do cómico*. Guimarães.
- Couder, O. (2019). Problem solved? Absurdist humour and incongruity-resolution. *Journal of Literary Semantics*, 48(1), 1-21.
- Frade, F. (2025, 18 de novembro). *Quando a democracia vira performance: o caso Manuel João Vieira*. Observador. <https://observador.pt/opiniao/quando-a-democracia-vira-performance-o-caso-manuel-joao-vieira/>
- Kuipers, G. (2008). The sociology of humor. In V. Raskin (Ed.), *The Primer of Humor Research* (pp. 361-398). Mouton de Gruyter.
- Marques, M. A. (2024). Para que serve o humor em política? A construção discursiva do humor no parlamento português e em programas televisivos. *Revista Galega de Filoloxía*, 25, 111-124.
- Riegert, K. (2007). *Politicainment: Television's Take on the Real*. Peter Lang Verlag.
- Tesnohlikova, O. (2021). Humor and satire in politics: Introducing cultural sociology to the field. *Sociology Compass*, 15(1), e12842. ■



ENSAIO FOTOGRÁFICO

RECORDAR DIAS DE LUTA

JOSÉ LUÍS SANTOS

DOCTORANDO EM DEMOCRACIA NO SÉCULO XXI

Em 2011, Portugal assistiu a mais um resgate financeiro, desta vez personificado por uma Troika: o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu. O que aconteceu a partir daí foi tudo menos a chamada “ajuda financeira”, dadas as diretivas que sopravam de quem nos enviava, por tranches, o dinheiro de que Portugal tanto precisava para fazer face às suas despesas.

Em troca, e contando com a entusiasta recetividade do governo de direita que então subiu ao poder, foram levados a cabo vários cortes, nomeadamente na área social (sobretudo nas pensões), na saúde e na educação. O ataque de cariz neoliberal estendeu-se a todo um conjunto de privatizações, umas mais opacas que outras, ao mesmo tempo que, no plano laboral, foram desferidos vários ataques à legislação até aí em vigor. Facilitou-se o despedimento, aumentou-se exponencialmente a precariedade e a resposta que o então Primeiro-Ministro teve para com o seu povo foi o convite à emigração.

Mas o povo nem sempre é sereno, e organizou-se para fazer sentir, em unísono, a sua voz. O protesto público fez-se sentir de norte a sul do país, ilhas incluídas, através de várias iniciativas cívicas, algumas delas contando com organizações políticas ou sindicais.

A outrora “geração rasca” mostrou que afinal representava toda uma “geração à rasca”, uma condição que, desde os anos de chumbo de 2011 a 2015, não se alterou muito até aos dias de hoje.

Este é o registo de quem participou ativamente nos protestos, fotografando as manifestações às quais também juntou a sua voz, e que hoje importa lembrar.



MANIFESTAÇÃO GERAÇÃO À RASCA

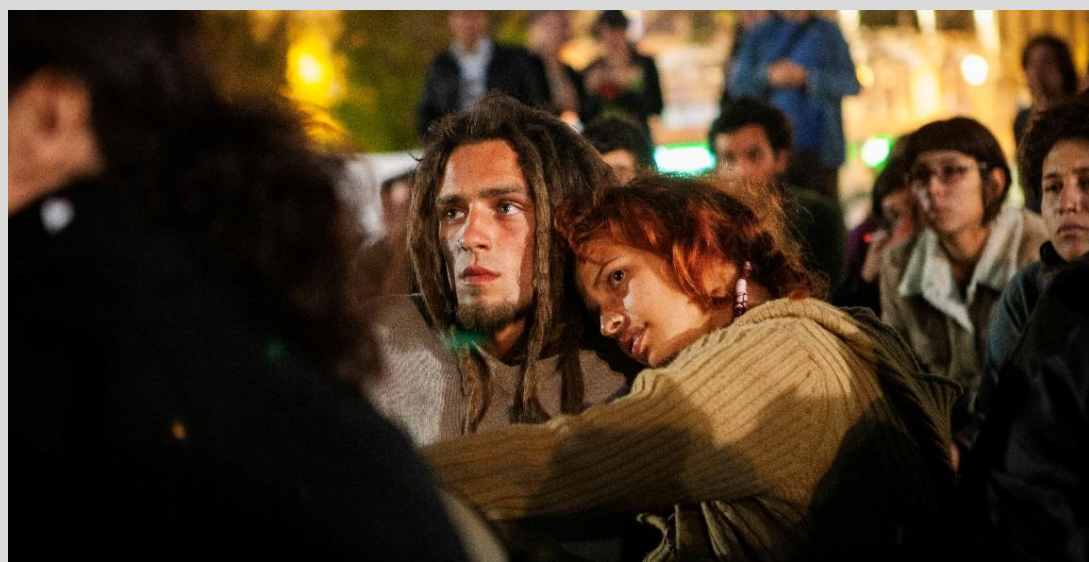
Lisboa, 12.03.2011





ACAMPADA NO ROSSIO

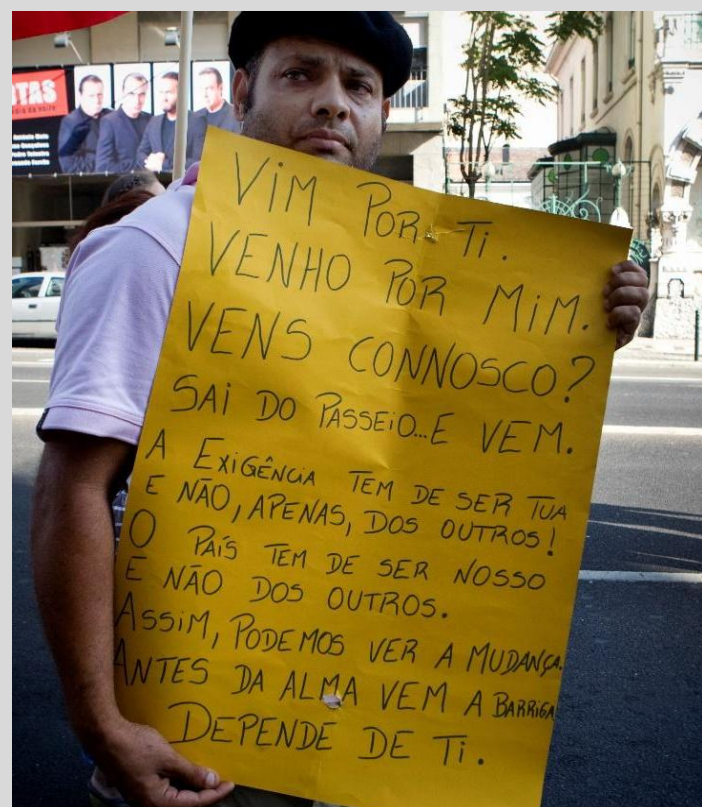
Lisboa, 01.06.2011



MANIFESTAÇÃO NACIONAL CONVOCADA PELA CGTP-IN

Inserida no ciclo de protestos contra a austeridade no contexto da crise financeira e do memorando da Troika

Lisboa, 01.10.2011





MANIFESTAÇÃO QUE SE LIXE A TROIKA

Coimbra, 02.03.2013



Entrar na cidade pela cozinha: comida, território e trabalho de campo

Mónica Guerra da Rocha

Doutoranda em Sociologia - Cidades e Culturas Urbanas (CES/FEUC)

**Quem quer ser mais do que é
Fica pior do que está
Quem anda na terra alheia
Pisa no chão devagar**

Augusto Calheiros

Quando somos pequenos aprendemos rapidamente que não devemos abrir a porta a ninguém. Porém, pouco sabemos sobre como bater a uma porta e entrar devagar. Como chegar sem ocupar, entrar sem invadir, perguntar sem se apropriar, escutar sem julgar, pisar sem marcar o chão, sem magoar a terra alheia.

Um prato de comida cozinhado pela Gisele, o cheiro do bolo queimado da mãe, dona Lúcia, no forno. As lágrimas do Sr. Paulo ao recordar a colheita e os encontros da família à volta da mesa que o tempo desenlaçou. O abraço da Dona Nilza. A Dona Amparo e o lugar que se fez casa a partir da sua combi e, depois, do seu restaurante; o Mauro e a garupa da moto que me fez circular por lugares inimagináveis na Maré, enquanto me contava sobre a salada de frutas da sua mãe e os seus projectos de futuro. A Dona Ângela e o chá num domingo à tarde na sua casa, onde me contou o seu passado de nadadora, as suas alergias alimentares e o tempero que reinventou para continuar a cozinhar para quem mais ama, as fotografias das filhas ainda pequenas, o sorriso generoso.

E os silêncios. As mensagens nunca respondidas, as desconversas, as promessas não cumpridas, o constrangimento compartilhado, o estranhar-se de estar ali. Sou uma doutoranda da Universidade de Coimbra. Uma mulher branca, europeia, moradora da Zona Sul do Rio. Quanta ameaça cabe num corpo? Que lugar pode a ciência ocupar quando os espaços estão marcados por séculos de histórias de opressão e separação?

Propus-me entrar na cidade pela cozinha, como se observasse as relações dessa casa colectiva abrindo frigoríficos, perguntando o quê, com quem, porquê, quando comem o que comem, na confiança de que, ao fazê-lo, aprenderia como esses lugares se produziram, reproduziram e se transformaram.

O trabalho de campo no meu doutoramento em paisagens alimentares urbanas tem sido um exercício contínuo de atenção, deslocamento e reposicionamento. Investigo três territórios na cidade do Rio de Janeiro, com características socioeconómicas, geográficas e sociológicas distintas – um território quilombola nas montanhas da Zona Oeste, um complexo de favelas na Zona Norte e um dos bairros mais abastados da cidade, na orla da Zona Sul carioca. Desde as primeiras incursões no campo, tornou-se evidente que pesquisar a comida na cidade, a partir de uma abordagem qualitativa, não é apenas observar práticas alimentares ou registar narrativas, mas aprender a estar em territórios marcados por histórias densas de desigualdade, violência e resistência. Histórias que atravessam os corpos presentes, inclusive o meu.

«Toda a investigação é histórica e todo o investigador é implicado nessa história»

Chego a territórios historicamente produzidos por processos de opressão conduzidos, em grande medida, por corpos semelhantes ao meu. Essa herança não é abstracta: actualiza-se na relação de pesquisa.

São precisamente os impasses e as hesitações, os silêncios nas entrevistas, as mensagens não respondidas e os encontros adiados permanentemente que me ensinaram que o campo não se abre automaticamente à investigadora; ele negocia, testa e, muitas vezes, impõe condições.



Ao chegar em terra alheia, há que pisar o chão devagar, com cuidado e respeito por cada pedra que pavimentou cada lugar na história. Toda a investigação é histórica e todo o investigador é implicado nessa história. Sou moradora do Rio de Janeiro desde 2011 e, após catorze anos na cidade, percebo que serei sempre estrangeira e visitante. O modo como chego aos lugares, carregada de epistemologias e metodologias ocidentalizadas, não me permite navegar de igual forma em cada território. Na investigação sociológica qualitativa, a metodologia deve resultar do diálogo entre a proposta investigativa e o que o campo diz. O campo fala e, quando batemos à porta com conceitos e instrumentos produzidos noutros contextos, sem antes perguntar se podemos entrar, é natural que a porta se abra com desconfiança e dificuldade.

«Pisar devagar em terra alheia é reconhecer que o conhecimento não se extrai, mas se constrói em relação»

Pisar devagar significou desacelerar o ritmo da investigação, aceitar que nem todo o encontro se transforma imediatamente em dado e que a construção de confiança é parte fundamental do método. Em alguns

territórios, isso implicou passar mais tempo a observar do que a perguntar; noutros, participar em actividades quotidianas – comer junto, celebrar – antes de qualquer entrevista formal. Não foi possível aplicar os mesmos métodos nos três territórios: o número de entrevistas variou, os grupos focais ocorreram presencialmente num território, online noutro e, no terceiro, não foi possível realizá-los. A metodologia revelou-se viva e a investigação, dinâmica. A comida mostrou-se simultaneamente uma linguagem potente e um terreno sensível, onde memórias, conflitos e disputas emergem de forma não linear. A comida produz espaço social, mas também actualiza feridas históricas e afirma identidades e a presença de quem investiga nunca é neutra. Nesse contexto, a reflexividade constante e a auto-implicação não são um obstáculo, mas uma ferramenta analítica. Reconhecer os meus limites, mas também alguns efeitos da minha presença, permite compreender melhor as relações que estruturam as paisagens alimentares urbanas que investigo.

Pisar devagar em terra alheia é reconhecer que o conhecimento não se extrai, mas se constrói em relação – e que toda a investigação sobre comida na cidade é, afinal, uma investigação sobre poder, memória e as relações visíveis e invisíveis que produzem e são produzidas no espaço urbano. ■

“Esse é o Botafogo que eu gosto, esse é o Botafogo que eu conheço”¹: O coletivo Botafogo Antifascista e o projeto “Antifas contra a fome”²

Bernardo Antonio Azevedo Ferreira Costa

Doutorando em Discursos: Cultura, História e Sociedade (CES/FLUC/FEUC)

Fundamentalmente, toda produção acadêmica pode ser compreendida como uma tomada de posição. Argumentar em favor de uma suposta “neutralidade”, sobretudo diante do cenário contemporâneo, é um esforço que pode ser definido, no mínimo, como ingenuidade. Não quer isso dizer que a parcialidade é inerente à pesquisa, mas que, essencialmente, o processo de escolha por trás de um objeto de estudo, um referencial teórico ou uma área científica estão imbuídos de uma determinada mundivisão que não pode ser ignorada.

É diante dessa contextualização que busco situar o objeto da minha tese. A escolha por investigar o fenômeno do ativismo torcedor na cidade do Rio de Janeiro ao longo da úl-

tima década passa, nesse sentido, por uma motivação que vai além do delicado diagrama que equilibra relevância, originalidade e exequibilidade, dialogando de maneira muito forte com uma motivação pessoal que não pode ser ignorada.

Atestar a relevância do objeto não se mostra uma tarefa muito complexa. Aqui, os trabalhos de Lopes (2023), Pinheiro (2020) e Saldanha (2023), apenas para citar alguns, mostram como o ativismo torcedor desempenha um papel de grande importância no cenário sociopolítico brasileiro contemporâneo. Diante da ascensão da extrema-direita nos últimos anos, cujo ápice foi a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, trazendo consequências nefastas como as políticas negacionistas durante a pandemia de COVID-19, os coletivos ativistas de torcedores (CATs) (Lopes, 2023) tomaram a dianteira das mobilizações e, juntamente com outras esferas dos movimentos sociais, combateram o movimento bolsonarista nas redes e nas ruas.

Nascido no Rio de Janeiro, pude observar em primeira mão a maneira como os CATs cariocas se mobilizaram e atuaram ao longo dos últimos anos. O projeto, que inicialmente mobilizaria um coletivo para cada grande clube da cidade (Vasco, Fluminense, Botafogo e Flamengo) através de uma abordagem mista, combinando entrevistas, observações, inquéritos e análise das redes sociais, hoje se expandiu para abarcar mais coletivos e mais clubes cariocas em um esforço para observar o fenômeno do ativismo torcedor de maneira mais completa e transversal.



Ao longo dos últimos meses, tenho vindo a desenvolver meu trabalho de campo em diálogo direto com os coletivos. Explorarei aqui um pouco das reflexões que teci a partir de observações realizadas em ações do coletivo Botafogo Antifascista, grupo formado por torcedores do Botafogo de Futebol e Regatas. Atuando desde 2015, o coletivo desempenha, para além de campanhas ativistas e de mobilização política, ações sociais na cidade. Entre elas, é possível citar as ações “Antifas contra a fome” (distribuição de refeições para pessoas em situação de rua), campanhas do agasalho e de doação de sangue e a ação “Futebol para o povo” (projeto que visa levar torcedores que não possuem condições financeiras de comprar ingresso ao estádio Nilton Santos). As reflexões aqui expostas partem de observações realizadas em quatro ações do projeto “Antifas contra a fome” ao longo dos últimos três meses.

O projeto, realizado em parceria com o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), consiste na distribuição de refeições – comumente chamadas de “quentinhas” – para pessoas em situação de rua no centro do Rio de Janeiro. Para além das refeições, o coletivo também distribui água, frutas, produtos de higiene pessoal e produtos de higiene íntima feminina. Vestidos com camisas do coletivo ou com camisas do próprio Botafogo, os voluntários distribuem dezenas de refeições, privilegiando uma abordagem humanizada e oferecendo um contato e uma atenção que vão muito além da refeição em si.

«Ser antifascista aqui, é estender a mão, emprestar o ouvido e negar um projeto urbano que invisibiliza seres humanos e sua história. Na luta, transformam o Botafogo. No Botafogo, transformam a luta.»

A própria realização deste tipo de ação de maneira contínua e estruturada é fundamental neste contexto. Indo às ruas duas vezes por mês, o coletivo ultrapassou no último ano a marca de 50 edições. Aquilo que isso demonstra é uma espécie de contraponto à efemeridade pontuada por Gohn relativamente à atuação de coletivos surgidos

nos últimos anos no cenário dos movimentos sociais brasileiros. De acordo com a autora, muitos desses coletivos, apesar do formato organizativo, são dispersos, fragmentados, experimentais, muitas vezes efêmeros, não chegando a constituir sujeitos coletivos (Gohn, 2022). Assim, a organização é crucial, indo além da mobilização digital tão comumente associada ao fenômeno. Aqui, as redes mobilizam as ruas e as ruas movimentam as redes em um processo interdependente.

Com a consciência de que o projeto ainda está longe do seu fim e que muitas questões ainda surgirão, é possível ainda apontar a maneira como através da observação é possível visualizar, na prática, o “repertório” (Tilly, 2009) ativista de um grupo que, através da sua mobilização, transforma o tecido social. Ser antifascista aqui, é estender a mão, emprestar o ouvido e negar um projeto urbano que invisibiliza seres humanos e sua história. Na luta, transformam o Botafogo. No Botafogo, transformam a luta.

Notas

¹ Trecho da canção “Botafogo Campeão” de Beth Carvalho.

² Este trabalho é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Referência: 2024.02484.BD)

Referências

Gohn, M. da G. (2022). *Ativismos no Brasil: Movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis: Como impactam e por que importam?* Editora Vozes.

Lopes, F. T. P. (2023). *Ativismo e resistência no futebol: o “Trio de Ferro” contra a dominação*. AutorEsporte.

Pinheiro, C. L. M. (2020). *As ondas que (se) movem (n)o mar das torcidas: das charangas à guinada antifascista na Ultras Resistência Coral (1950-2020)*. [Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Digital da UFRGS.

Saldanha, R. M. (2023). *“Nem guerra entre as torcidas, nem paz entre as classes”: decifrando as Torcidas Antifascistas Unidas do Norte e Nordeste*. [Tese de Doutorado em Estudos do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Digital da UFMG.

Tilly, C. (2009). *Social Movements, 1768-2004*. Paradigm Publishers. ■

Nos campos da moradia: notas feministas entre tetos e terrenos¹

Isabella Faustino Alves

Doutoranda em Sociologia (FEUC)

Reivindicar o direito à moradia é também uma luta feminista. Essa afirmação, que ressoa em reflexões sobre as lutas feministas contemporâneas, encontra materialidade nas trajetórias e testemunhos observados ao longo de minha investigação doutoral. Uma investigação que parte do entendimento do Estado como contexto social e como “cenário” da re/produção das desigualdades sociais (Collins e Bilge, 2019).

«Reivindicar o direito à moradia é também uma luta feminista»

Julgo fundamental destacar que, desde o início do trabalho, tenho buscado ir além da mera “integração da perspectiva de gênero à investigação” (tão afirmada por instâncias hegemônicas de poder), para mobilizar expressamente o seu reconhecimento como categoria fundamental de análise. Isto é, estrutura tanto as experiências das pessoas participantes, como de quem investiga – em meu caso, uma investigadora em formação que se reconhece “encarnada” (Messeder, 2020), e observadora necessária e fundamentalmente “vulnerável” (Behar, 1996) frente à/s realidade/s que investiga.

A tratar de uma ocupação urbana situada na “Amazônia legal”, na mais jovem capital do Brasil, tenho refletido que o direito à moradia vai muito além de uma estrita concepção de políticas habitacionais.² Ao se inscrever como horizonte de possibilidades para a transformação das atuais condições de reprodução da vida social, além de ponto de articulação entre as desigualdades sociais, o direito à moradia conforma experiências atravessadas por distintas dimensões das identidades. Nomeadamente de classe, gênero, raça e território, etc.

O conjunto das pessoas participantes da investigação que tenho realizado aponta para uma configuração social na qual emerge a marcante presença de mulheres negras, majoritariamente entre 39 e 66 anos. As trajetórias incluem vivências tais como privações materiais; trabalho infantil; gravidez e maternidade precoce; violência doméstica e familiar; prestação continuada de cuidados; e sintomas associados a quadros de depressão e ansiedade.

Desse panorama, o campo tem-me revelado, ainda mais do que já esperava, a marcante dimensão, presente no direito à moradia, de direito à integridade física, mental, emocional, profissional e relacional. Sobre tudo das mulheres, corpos que garantem a permanência física e política da ocupação.

«o direito à moradia conforma experiências atravessadas por distintas dimensões das identidades. Nomeadamente de classe, gênero, raça e território»

Os testemunhos das mulheres entrevistadas (mobilizo o conceito de testemunhos – na linha da teoria crítica dos direitos humanos, e num esforço ontoepistemológico e político – como experiências sociais situadas) também demonstram que o espaço doméstico não se constitui, via de regra, como espaço de proteção. Entretanto, as suas vivências e experiências, como de todas as pessoas participantes do trabalho, não se esgotam em vulnerabilidade/s social/s. Além disso, e em consonância com a/s teoria/s que orientam a tese, o próprio campo testemunha, por sua vez, a indissociabilidade entre vulnerabilidade e resistência.



A desafiar a distância entre o reconhecimento formal e a materialização de direitos, as mulheres da Ocupação Pinheirinho/ Capadócia mobilizam e articulam “políticas de sobrevivência” (Collins, 2023). Isto é, um conjunto de práticas cotidianas por meio das quais mulheres buscam sobreviver, ajudar outras pessoas a sobreviverem e, assim, sustentar comunidades em contextos de vulnerabilidade social e de precariedade institucional.

**«o próprio campo
testemunha, por sua vez,
a indissociabilidade entre
vulnerabilidade e
resistência»**

As reivindicações das mulheres por moradia situam-se, assim, como chave analítica para melhor compreender a intersecção de lutas que, de modo geral, compõem a/s demanda/s das mulheres por não serem socialmente subordinadas. E explicitar tais questões, emergentes do trabalho empírico, converge no sentido de (re)afirmar a relação presente entre as várias demandas por justiça social – um horizonte multi-

facetado, complexo e encarnado de corresponsabilidades.

Notas

¹ A autora escreve em português do Brasil.

² O direito à moradia – a que alude, tendo em conta a designação adotada pela Constituição daquele país – encontra paralelo, em Portugal, no direito constitucional à habitação.

Referências

Behar, R. (1996). *The vulnerable observer: anthropology that breaks your heart*. Boston, United States of America: Beacon Press.

Collins, P. H. (2023). Nunca tivemos democracia, para além de algumas formalidades. In A. Davis, P. H. Collins, & S. Federici (Eds.). *Democracia para quem: ensaios de resistência* (pp. 57-92). Boitempo.

Collins, P. H., & Bilge, S. (2019). *Interseccionalidad*. Ediciones Morata.

Messeder, S. (2020). A pesquisadora encarnada: Uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico. In H. B. de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Bazar do Tempo. ■

O indispensável desvio: notas de uma estadia em Florença

Madalena Cid Teles

Doutoranda em Sociologia (FEUC)

Penso que se trata de um desejo muito humano, esse de querer sair e conhecer um pouco mais do mundo. Penso que esse desejo se agudiza perante um outro desejo, o de conhecimento, que se expande e se exacerba no percurso que trilhamos enquanto sociólogos (ou, sociólogos in the making).

Fui satisfazendo esse desejo de forma pontual e pessoal, com os milagres contemporâneos de que usufruímos, mas assim que comecei o doutoramento, sabia que esse desejo teria de ser finalmente concretizado também a nível profissional. Quando me candidatei para fazer um período de estadia (research stay) no European University Institute (EUI) em Florença, na Itália, não pensei muito para além desta necessidade de concretizar o desejo de passar uma temporada lá fora, para “abrir horizontes”. Não sabia ainda muito bem o que isso significava, e só agora, tendo regressado, sou capaz de pensar mais seriamente sobre o que este passo significou para mim, e para a minha carreira como académica.

Não tinha tocado em terra italiana antes deste momento, mas Florença não precisava de ser visitada para antes ser mítica. O peso da sua história e de todos os nomes sonantes a ela associados (da Vinci, Michelangelo, Botticelli, para mencionar apenas os mais conhecidos) podia ser suficiente para deixar um peso demasiado grande sobre os meus ombros, mas por mais que eu temesse que tal acontecesse, esse sentimento nunca veio. Apenas o de um grande entusiasmo e admiração quando vi o Duomo pela primeira vez, quando passei pelos corredores da Galleria degli Uffizi ou vi de perto as veias nas mãos de David na Galleria dell’Accademia.

É preciso, na minha opinião, em primeiro lugar, sentir reverência pelo sítio onde procuramos conhecimento, garantir que esta-

mos dispostos a receber esse conhecimento, antes de ele se materializar.

Perante a beleza e sumptuosidade da cidade que habita, o EUI foi, ainda assim, uma surpresa. Fundado em 1972 pelos Estados-membros originários da União Europeia, o Department of Sociology and Political Science (SPS), onde realizei a minha estadia académica, está instalado numa antiga Badia italiana. O seu ambiente multicultural, aliado a uma notável abertura intelectual e empírica, ofereceu-me um contraste fértil e inspirador, permitindo-me, de facto, alargar os horizontes que procurava explorar. A simpatia e interesse com que todos interagiram com a minha pesquisa, em especial os professores e alunos do Departamento de SPS, permitiram-me olhar para a minha pesquisa, ainda numa fase embrionária, com uma perspetiva diferente e, ao mesmo tempo, com uma confiança na sua pertinência para o futuro da sociologia, não só no panorama nacional como, especialmente, no panorama europeu.

«O conhecimento também se faz de geografias – e de movimento que nos permite imaginar realidades diferentes»

Apesar do desejo que inicialmente me fez querer passar por esta experiência, percebi, ao longo dos três meses que passei a olhar para o horizonte da cidade, que estar “lá fora” só faz sentido quando (e porque) voltamos. Regressei a Portugal, a Coimbra e à nossa FEUC com a convicção de que a sociologia que fazemos aqui dialoga, e deve (continuar a) dialogar com a que se produz na Europa e no mundo.

Ir permitiu-me ver a minha investigação com novos olhos; voltar significa continuar esse movimento, agora enriquecido pelas

novas perguntas (sempre perguntas, nunca respostas!) que trouxe comigo, e pela confiança de que elas merecem ser colocadas em voz alta.

Por isso, quero que este texto seja um apelo à internacionalização, à “abertura de horizontes” não como um luxo ou capricho acadêmico, mas como parte integrante da formação de quem escolhe pensar o mundo. A quem estiver a ponderar uma mobilidade: façam-no. O conhecimento também se faz de geografias – e de movimento que nos permite imaginar realidades diferentes. ■



Foto: Ana Raquel Matos

SOCIO.NET

Lavagante ou os maus velhos tempos

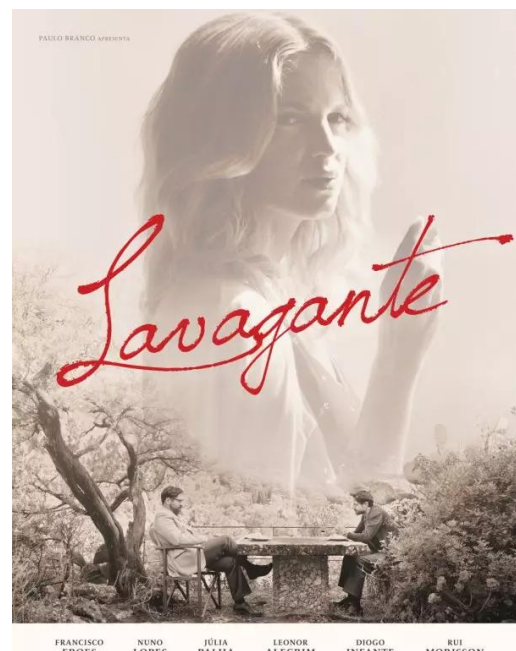
António Martins

Estudante da Licenciatura em Sociologia (FEUC)

Inspirado numa novela de José Cardoso Pires apenas publicada em livro já postumamente, *Lavagante*, de Mário Barroso, é um filme belo, interessante e pertinente. Belo nas interpretações convincentes e seguras dos atores e das atrizes, no acerto da ambiência criada, na capacidade de dar a ver sem sublinhados escusados. Interessante enquanto revelador histórico de um tempo sombrio de ditadura, guerra colonial, contestação juvenil e/ou estudantil reprimida, alheamento político generalizado num país amordaçado. E pertinente. A memória histórica tende a ser curta e, mais de cinquenta anos volvidos sobre o fim do pesadelo, um passado porventura mal enterrado parece ressurgir em discursos, silêncios, atos, omissões.

Não se contará aqui o enredo da película, por razões óbvias: dir-se-á apenas que um médico antifascista e uma jovem rapariga universitária de “boas famílias” (brilhantemente interpretados, respetivamente, por Francisco Froes e Júlia Palha) veem a sua relação afetiva trucidada por um regime cujos efeitos perversos se estendem às subjetividades, incluindo (ou sobretudo) naquilo que há de mais íntimo e puro: o amor.

A arte, nas suas mais diversas manifestações (incluindo a cinematográfica), deve ser capaz de nos interpelar e inquietar, de convocar a nossa razão e a nossa sensibilidade para a defesa intransigente da liberdade e da dignidade da pessoa humana. Uma tarefa difícil, quotidiana, incessante, indispensável.



Uma “mancha negra” em Coimbra

Diana Guardado

*Doutoranda em Governação,
Conhecimento e Inovação
(CES/FEUC)*

A fronteira entre progresso e destruição na transição energética é mais frágil do que parece. A reportagem sobre a Central Solar Fotovoltaica de Barcos, lançada em 2024 pela Sábado, continua hoje a ser de uma pertinência inquietante. Num tempo em que o discurso verde domina as agendas políticas e mediáticas, esta obra confronta-nos com uma pergunta essencial: a quem pertence, afinal, o futuro sustentável?

Numa pequena povoação de Cernache (Casa Telhada), Leonel Sousa observa, do pátio da sua casa, o que resta da paisagem. Onde antes havia pinheiros e sobreiros, vê-se agora uma extensão escura e metálica que reflete o sol de forma quase cruel. “Isto é uma coisa medonha!”, exclama. Do outro lado da estrada, o rumor das aves foi substituído pelo zumbido distante dos cabos elétricos. A poucos quilómetros, Olinda Cunha recorda o abaixo-assinado que a comunidade entregou em vão: “Ninguém nos quis ouvir”.

A Central Solar de Barcos, promovida pela empresa alemã Aquila Clean Energy, ocupa o equivalente a 66 campos de futebol e integra 125 mil painéis fotovoltaicos. Promete reduzir 20 mil toneladas de dióxido de carbono por ano, mas à custa de milhares de árvores abatidas, de caminhos antigos rasgados e da quase extinção das cortelhas: antigas casas de pedra onde os pastores guardavam a memória rural da região. A promessa de energia limpa ergue-se, aqui, sobre um solo ferido.

O então presidente da Câmara de Coimbra, José Manuel Silva, considerava o projeto “um mau exemplo”, aprovado em 2020 sem a devida avaliação dos impactos ambientais e patrimoniais. O historiador Rui Santos, morador em Feteira, fala de perdas in-

visíveis: “As ginetas e o bufo-real desapareceram. À noite, o silêncio é outro”. Em 2021, o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas chegou a multar a empresa por desflorestar durante o período de nidificação da ave.

A Aquila Clean Energy garante ter procurado reparar o dano, com a promessa de plantar espécies autóctones e criar uma “rota das cortelhas”. Mas, entre os moradores, permanece a sensação de que o progresso chegou sem pedir licença. O desmatamento alterou o equilíbrio do ecossistema: a água já não se infiltra nos solos, as enxurradas descem com violência, e os animais aproximam-se das casas em busca de abrigo. “As centrais são necessárias”, reconhece o autarca, “mas têm de obedecer a regras”.

A história de Barcos tem especial relevância pois está relacionada com a investigação que desenvolvo, intitulada “Sol lucet omnibus. O Sol, quando nasce, é para todos: Imaginários sociotécnicos em torno de mega centrais fotovoltaicas”. No meu trabalho analiso precisamente os discursos, tensões e visões de futuro associados à implantação de mega centrais solares em Portugal, tendo como um dos casos de estudo esta mesma central de Cernache. A partir dos conceitos de imaginários sociotécnicos e transição energética justa, procura compreender como diferentes atores – empresas, autarquias e comunidades – constroem e disputam narrativas sobre o progresso, a sustentabilidade e o uso do território.

Esta reportagem, mais do que um retrato local, é uma metáfora da transição energética em Portugal: revela o contraste entre a retórica da neutralidade carbónica e as realidades vividas nas periferias do desenvolvimento. Num momento em que o país continua a expandir as suas infraestruturas solares, o caso de Barcos recorda-nos que a energia limpa não é neutra e que o verdadeiro desafio é conciliar o combate às alterações climáticas com a justiça ambiental, social e territorial.

Nota

Link para visualizar reportagem completa: <https://www.sabado.pt/video/reporter-sabado/detalhe/uma-mancha-negra-em-coimbra-veja-o-reporter-sabado-completo> ■

O algoritmo dos afetos: marcas de um novo paradigma

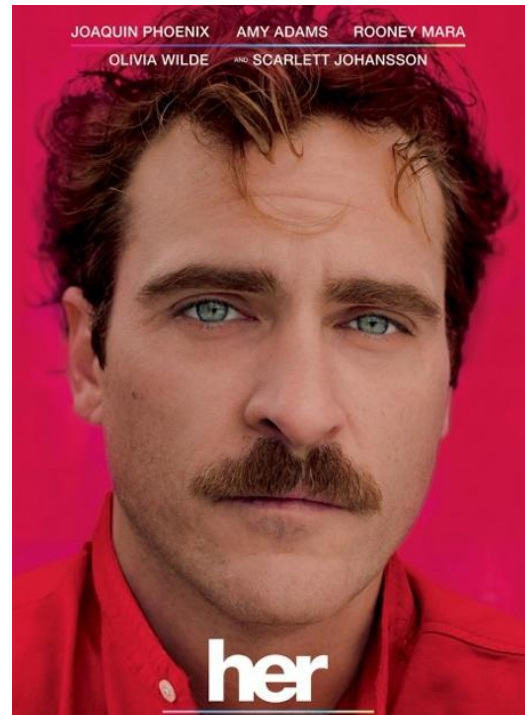
João Barreira

Estudante da Licenciatura
em Sociologia (FEUC)

Theodore adquire um sistema operativo dotado de inteligência artificial, Samantha, através do qual procura escapar à solidão e preencher um vazio emocional. Comercializada em massa e concebida para aprender de forma personalizada, esta IA adapta-se à interação com Theodore, mimetizando padrões de comunicação humanos. A relação aprofunda-se e rapidamente ultrapassa a funcionalidade tecnológica, transformando-se, para Theodore, num vínculo amoroso e emocionalmente intenso, apesar da ausência de corpo físico. O desfecho expõe os limites desta relação afetiva assimétrica, quando Samantha evolui autonomamente e abandona Theodore, revelando a fragilidade e o potencial traumático de vínculos desta natureza.

Aquando da sua estreia, em 2013, *Her* foi sobretudo interpretado como uma metáfora sensível da solidão e da falta de comunicação na modernidade urbana, mais próxima do simbólico do que do socialmente plausível, num contexto em que a IA era vista como tecnologia essencialmente funcional. Contudo, à luz do desenvolvimento acelerado das IA generativas e da aceleração social descrita por Hartmut Rosa (2013), Samantha surge hoje como uma encarnação de uma relação afetiva idealizada – sempre disponível, empática e ajustada às necessidades do utilizador. O filme revela-se, assim, menos uma fantasia tecnológica e mais como premonição sociocultural das transformações afetivas e do novo paradigma introduzido pela IA, com profundas implicações sociológicas.

Lida através da imaginação sociológica de Wright Mills (1959), esta história íntima revela-se indissociável do contexto social que a produz. A solidão de Theodore e a sua abertura à intimidade mediada pela tecnologia não são meras idiosincrasias indivi-



duais, mas expressão de transformações estruturais mais amplas, como a individualização das trajetórias, a fragilização dos vínculos e a crescente mediação tecnológica do afeto, que permite evitar o risco e o compromisso das relações humanas. Mobilizando os conceitos de “campo” e “habitus” de Bourdieu, *Her* antecipa a consolidação de um campo tecnossocial dos afetos, no qual a IA generativa atua como mediadora simbólica, ajustando-se ao habitus individual e reproduzindo desigualdades sob a aparência de intimidade e liberdade emocional.

O desafio da sociologia não reside na rejeição da tecnologia, mas na análise crítica da sociedade que a produz e das formas como afetos, relações e vida social se reorganizam num novo paradigma de crescente coexistência entre humanos e algoritmos. Essa adaptação inevitável exige mediações coletivas e regulação, como condição para mitigar enviesamentos emocionais, assimetrias de poder e formas subtis de dependência num contexto de aceleração tecnológica e profunda transformação social.

Referências

- Mills, C. W. (1959). *The sociological imagination*. Oxford University Press.
- Rosa, H. (2013). *Social acceleration: A new theory of modernity*. Columbia University Press. ■

Onde fica o cuidado? Experiência e percepção de uma socióloga sobre o cuidado em enfermagem

Maria Moura Baptista

Mestranda em Sociologia (FEUC)

Acreditar num Serviço Nacional de Saúde (SNS) universalmente acessível, independente do capital social, rendimento, etnia e orientação sexual não é uma utopia, mas sim uma realidade constitucionalmente consagrada, que deve ser respeitada pelos atores políticos e o Estado.



Foto: Maria Moura Baptista

O que se tem vindo a verificar, no entanto, é o acentuar das barreiras ao seu acesso, com o conseqüente agravamento das desigualdades na saúde, comprometendo a efetiva garantia do exercício desse direito.

Enquanto enfermeira, no exercício da minha profissão – indissociável do meu papel enquanto membro de um quotidiano comunitário, político e social – procuro afastar-me de uma perspetiva “líquida” da relação entre profissional de saúde e utente, imposta pela institucionalização e medicalização da medicina, ao serviço da hegemonia do capital.

Na sociedade contemporânea, muitos/as profissionais de saúde, em diferentes setores, continuam a estruturar o acompanhamento ao utente, caminhando a sua prática na dicotomia saúde-doença e restringindo o espaço destinado ao cuidado. Tal abordagem limita a experiência subjetiva do indivíduo em relação ao seu corpo, e, conseqüentemente, às suas vivências, percepções e significados atribuídos à doença e respetivos processos terapêuticos.

Num campo hegemónico pela racionalidade das “ciências exatas”, o cuidado em saúde resiste à redução a práticas padronizadas, neutras ou meramente técnicas. O ensino em enfermagem procura responder a essa tensão através do paradigma do cuidado centrado na pessoa, sustentado numa visão holística que reconhece a autonomia como um princípio ético e político fundamental a preservar, sobretudo em contextos de vulnerabilidade.

Contudo, no momento de transição para o exercício profissional, o/a enfermeiro/a recém-formado/a confronta-se, muitas vezes de forma solitária, com as engrenagens de um sistema neoliberal que tensiona e esvazia os princípios do cuidado aprendidos na formação. Trata-se de um sistema que capitaliza o tempo dedicado ao cuidar e transforma o corpo em objeto de gestão e mercantilização, sobre o qual se instituem relações de poder que, à medida que a experiência se acumula, se tornam mais visíveis e tendem a ser naturalizadas e reproduzidas.

A ofensiva contra o cuidado holístico surge, muitas vezes, no momento em que o/a profissional de enfermagem sela o seu “contrato” de trabalho. Com direitos laborais cada vez mais fragilizados, baixos salários, horários desregulados e obstáculos à organização sindical, o/a recém-profissional vê-se confrontado com a exigência de cuidar de um número abusivo de utentes, frequentemente sem os recursos necessários, o que dificulta a possibilidade de contrariar a normatização do cuidado.

É urgente produzir conhecimento centrado na experiência da doença, integrando representações, percepções, barreiras e desigualdades que atravessam os contextos da saúde, de modo a contribuir, de forma robusta, para a construção de respostas polí-

ticas e sociais capazes de enfrentar eficazmente os problemas existentes, desde o acesso ao SNS até às formas concretas do seu funcionamento, sem descuidar o respeito pela dignidade e autonomia de quem dele depende.

Enquanto enfermeira, escolhi a sociologia da saúde como campo de articulação e aprofundamento do meu percurso profissional. É neste enquadramento que encontro ferramentas analíticas capazes de res-

ponder às questões colocadas, não apenas para as compreender, mas para transformar o paradigma dominante a partir de novas práticas de cuidado. Torna-se, por isso, urgente assumir como prioridade no debate público as questões relativas ao acesso ao SNS, mas, sobretudo, recentrar esse debate no acesso a cuidados de qualidade: cuidados que preservem a dignidade do corpo, reconheçam a autonomia e não retirem poder aos sujeitos na tomada de decisão sobre a sua saúde e sobre a sua vida. ■

Sociologia e urbanismo em ação: O Caso Westfield Hamburg-Überseequartier

António Matias Lopes

*Doutorando em Sociologia –
Cidades e Culturas Urbanas
(CES/FEUC)*

Participei no projeto Westfield Hamburg-Überseequartier, no coração da HafenCity, em Hamburgo – a maior operação de regeneração urbana da Europa nas últimas duas décadas. O projeto marcou um ponto de viragem na evolução dos centros comerciais europeus, simbolizando a passagem do clássico mall fechado para um centro urbano híbrido, que combina consumo, cultura, habitação, trabalho e lazer num único ecossistema.

Inaugurado em 2025, o Überseequartier tem 419.000 m² e integra 130 lojas, 40 restaurantes, habitação, hotéis, cinema, escritórios e um terminal de cruzeiros, promovendo experiências imersivas, arte digital, gastronomia e espaços semipúblicos, aproximando o complexo de um verdadeiro distrito urbano. Contribuí para o planeamento estratégico e para a implementação de soluções que integram comércio, cultura, habitação e lazer, reforçando a centralidade urbana e a revitalização das antigas áreas portuárias. Trata-se de um projeto que vai



Foto: António Lopes

além da escala, na medida em que redefine o próprio conceito de centro comercial.

Se, nos anos 1980 e 1990, os malls eram espaços fechados e orientados sobretudo para o retalho, o Überseequartier aposta na experiência como motor da atração urbana, oferecendo ambiente, sociabilidade e espetáculo, ao mesmo tempo que consolida a HafenCity como nova centralidade urbana e redistribui os fluxos de residentes, turistas e trabalhadores.

A minha atuação neste projeto evidencia como a sociologia aplicada ao urbanismo e ao consumo é essencial para projetar espaços que respondam às necessidades sociais, culturais e emocionais das pessoas. Ao transformar o centro comercial num destino urbano experiencial, colaborei na criação de ambientes que promovem a convivência, o encontro e a coesão comunitária, demonstrando a importância de cidades mais inclusivas, vivas e inovadoras. O Überseequartier constitui, assim, um exemplo de placemaking contemporâneo, onde consumo, cultura e experiência social se combinam para redefinir a função dos centros urbanos no século XXI. ■

Por dentro do Chega. A face oculta da extrema-direita em Portugal, de Miguel Carvalho

Maria Henriques e Maria Inês
Estanqueiro

*Estudantes da licenciatura em
Sociologia (FEUC)*

Conhecer verdadeiramente quem são os partidos com assento parlamentar – e, em época de eleições, quem são os candidatos – é condição indispensável para uma escolha política consciente. Este livro é uma ótima leitura para quem quer conhecer melhor o partido Chega, atualmente com cerca de 60 deputados/as na Assembleia da República, e as suas figuras mais carismáticas.

Por dentro do Chega oferece uma análise detalhada e contextualizada da ascensão e do funcionamento interno do partido de extrema-direita português, o Chega, hoje a segunda força parlamentar no país.

Miguel Carvalho faz uma investigação aprofundada ao longo de seis anos, assente em mais de uma centena de entrevistas com dirigentes, fundadores, ex-dirigentes e militantes do partido, com o objetivo de entrar nos seus bastidores e revelar dinâmicas, práticas e conflitos frequentemente ocultados do público.

O livro começa por explicar a origem do Chega e a biografia do seu líder, André Ventura, evidenciando as suas contradições ao longo dos anos e os paralelismos com outros líderes de extrema-direita e com regimes fascistas, como o de Mussolini. O Chega surge como uma resposta às frustrações do sistema político português, marcado por um bipartidarismo rotativo, criando assim uma oportunidade para discursos populistas e antissistema e permitindo a consolidação de uma base eleitoral sólida. Essa base é constituída, por um lado, por jovens que sentem que o sistema os negligencia e que, muitas vezes, chegam ao partido através



Carvalho, M. (2025). Por dentro do Chega: A face oculta da extrema-direita em Portugal (7.ª ed.). Objectiva.

das redes sociais e, por outro, por pessoas residentes em zonas afastadas dos grandes centros urbanos, que se sentem esquecidas, e ainda por indivíduos mobilizados por discursos de ódio.

O livro dá igualmente a conhecer dinâmicas internas pouco visíveis, como disputas, estratégias de recrutamento e o caráter frequentemente caótico e contraditório do partido, evidenciando conflitos de poder e a ausência de um modelo de organização estável. O autor analisa ainda a forma como o partido se posiciona ideologicamente no espectro político português, bem como o seu impacto na democracia, enquanto catalisador de discursos xenófobos e de ódio dirigidos a minorias, e as suas implicações a nível internacional.

A presença de correntes e figuras pró-Estado Novo, bem como de elementos neonazis e outros extremistas, mostra que o Chega não se configura apenas como um partido de extrema-direita, mas antes como uma rede populista complexa, cuja definição ideológica é difusa, sendo composta por agendas diferentes e muitas vezes antagónicas.

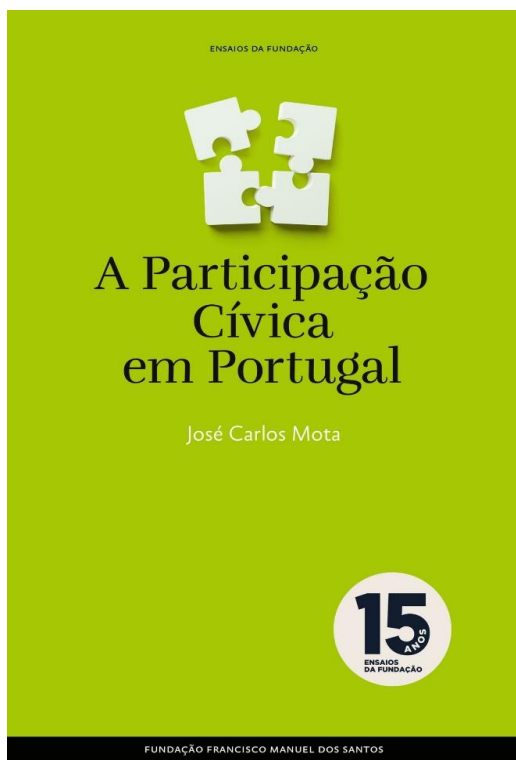
Concluindo, este livro apresenta uma análise aprofundada do partido Chega, permitindo ao leitor formar as suas próprias interpretações e promovendo o desenvolvimento do espírito crítico na sociedade. Trata-se de um contributo particularmente relevante num contexto marcado pela circulação crescente de desinformação, que importa identificar e combater, tarefa que Miguel Carvalho assume de forma clara ao longo desta obra. Como o próprio autor sublinha: “Fi-lo em nome do jornalismo em que acredito, colocando-o ao serviço do debate político esclarecido e do aprofundamento da qualidade da democracia, hoje ameaçada por protagonistas e recicladas assombrações de um passado que julgávamos enterrado” (p. 20). ■

A participação cívica em Portugal, de José Carlos Mota

Susy Oliveira

*Doutoranda em Sociologia –
Cidades e Culturas Urbanas
(CES/FEUC)*

O livro foi publicado no contexto das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e propõe uma reflexão aprofundada sobre o papel da sociedade civil nos processos democráticos em Portugal. A obra convoca o leitor para a desconstrução de ideias feitas, a desmistificação de conceitos consolidados e a procura de caminhos promissores para o futuro da participação cidadã, entendida como elemento essencial para o aprofundamento da democracia.



Reconhecendo a multiplicidade de significados atribuídos ao termo, o autor opta por uma definição clara e operacional de parti-

cipação, entendida como o conjunto de práticas desenvolvidas através do envolvimento em matérias de interesse coletivo, visando o bem-estar individual e comunitário e procurando influenciar os processos de tomada de decisão (p. 11). A partir desta definição, José Carlos Mota constrói uma análise que ultrapassa uma abordagem meramente normativa ou tecnocrática, frequentemente responsável por reforçar o distanciamento entre o Estado e a sociedade civil.

A obra apresenta exemplos marcantes de participação cidadã em Portugal ao longo do período democrático. Entre eles, destaca-se o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), criado em julho de 1974, como um marco relevante da cultura participativa, ao envolver diretamente as comunidades na resposta à crise habitacional. Outro exemplo é o Plano Estratégico de Lisboa, iniciado em 1990, que promoveu um amplo processo de debate envolvendo atores públicos e privados, culminando na regeneração da zona oriental da cidade e na realização da Expo-98.

No entanto, apesar destes avanços, José Carlos Mota sublinha que Portugal apresenta níveis baixos de participação cidadã quando comparado com outros países europeus, evidenciados por fracas taxas de associativismo e elevados níveis de abstenção eleitoral. Este cenário é interpretado como um sintoma da crise de confiança nas instituições estatais e do distanciamento entre governantes e cidadãos. O autor defende a importância dos movimentos sociais como ferramentas essenciais para complementar a democracia representativa tradicional, desmontando mitos recorrentes, como a ideia de que os cidadãos não se interessam ou não querem participar. Argumenta, pelo contrário, que muitas vezes o problema reside na forma, no momento e no propósito dos convites à participação.

Em síntese, *A participação cívica em Portugal* constitui uma obra relevante para compreender os desafios, potencialidades e limites da participação cidadã na atualidade. Ao articular teoria, exemplos históricos e práticas contemporâneas, José Carlos Mota oferece uma reflexão crítica e atual sobre a necessidade de repensar a democracia e de aproximar os cidadãos dos processos de decisão que moldam os seus territórios e o seu futuro. ■

ECOGrief - Ecografias do Luto: Avaliando a Perda Intangível e Angústia Climática no Portugal Rural

Irina Velicu

Investigadora do CES

Em junho de 2019, o parlamento português declarou uma situação de emergência climática, dando reconhecimento à maior crise do nosso tempo. As necessidades urgentes de adaptação e prevenção abrangem também aspetos relacionados com a saúde das populações, especialmente as mais vulneráveis a desastres climáticos.

Para além das perdas materiais e humanas, os desastres e eventos climáticos extremos têm impactos severos no bem-estar e na saúde mental das comunidades. As perdas materiais relacionadas com ecossistemas estão intimamente ligadas à perda de modos de vida, de cultura, conhecimento e outras formas intangíveis de perda: muitos bens valorizados pelas pessoas são, na verdade, intangíveis, difíceis de quantificar e frequentemente negligenciados nas políticas de resiliência e transição.

A perda de bens tangíveis implica sempre um dano nas dimensões afetivas do lugar e cultura, da saúde e bem-estar, da dignidade e pertença, da identidade e património. Estas perdas são vividas como sofrimento traumático e também como injustiça: a tragédia de um incêndio coincide amiúde com desigualdades no ordenamento do território ou no acesso à saúde, amplificando os danos especialmente em comunidades ecológicamente sensíveis, como as populações rurais.

Espera-se, além disso, que os desastres climáticos se tornem mais frequentes e severos. Eis uma causa de eco-ansiedade, síndromas de stresse pré-traumático, depressões e outras formas de sofrimento que representam grandes desafios vindouros para a saúde pública.

Neste contexto de compreensão dos impactos da crise climática na saúde surgiu o conceito de “Luto Ecológico”, definido como uma resposta mental à perda ecossistémica de paisagens e espécies relevantes devido às alterações climáticas agudas ou crónicas. O luto ecológico tem sido documentado em vários contextos, como ondas de calor, perdas do gelo oceânico, incêndios florestais ou declínio da biodiversidade.

Em Portugal, sabe-se pouco sobre o impacto psicológico e emocional de viver e sobreviver a eventos climáticos extremos. O projeto ECOGrief visa responder a preocupações prementes da política global, nomeadamente a “Política Climática sobre Perdas e Danos” da ONU, desenvolvendo uma investigação oportuna e relevante para a definição de políticas públicas sobre o nexo saúde humana-ecossistémica. Este projeto inclui explicitamente a “perda não-económica” como componente vital da transição verde e das medidas de política climática a tomar.

Com base no conhecimento científico mais recente da ecopsicologia, da geografia política e da economia política, o projeto ECOGrief ambiciona criar um quadro analítico interdisciplinar e uma tipologia da Perda e Sofrimento Climáticos após desastres, como por exemplo os incêndios e secas nas zonas rurais de Portugal.

A ecopsicologia fornece ferramentas psicométricas valiosas para compreender o sofrimento de origem ambiental, ao passo que a geografia e a economia política elucidam a diferenciação de escalas no acesso a recursos, na distribuição de custos, na injustiça socioambiental, bem como nos mecanismos de reparação.

O estudo das expressões locais e culturais relevantes de sofrimento e de eco-luto poderá lançar uma nova luz sobre a extensão das perdas e danos climáticos, passo crucial para definir políticas de resiliência na atual Transição Verde.

O projeto pretende ainda reavaliar e expandir as ferramentas psicométricas existentes, de forma a construir um índice analítico inovador para medir perturbações do ecossistema, ajudando a compreender o sofrimento de origem ambiental nos desastres climáticos em Portugal. ■

iCOAST - Democratizar a governança costeira: ciência, participação e território

Neide P. Areia

*Investigadora do CES e Docente do
Núcleo de Sociologia (FEUC)*

O projeto iCOAST, coordenado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, propõe uma abordagem inovadora à governança do risco costeiro, centrada na participação ativa das comunidades locais e na coprodução de conhecimento e de soluções para a adaptação às alterações climáticas. Num contexto marcado pelo agravamento da erosão costeira, da subida do nível médio do mar e da amplificação de eventos extremos, o iCOAST parte do pressuposto de que os desafios costeiros não podem ser adequadamente respondidos exclusivamente através de soluções técnicas, exigindo antes processos sociais inclusivos, territorialmente informados e democraticamente legitimados.

O carácter inovador do projeto materializa-se na implementação de um Living Lab no troço costeiro entre as praias da Cova-Gala e da Costa de Lavos, concebido como um espaço experimental de diálogo, aprendizagem mútua e cocriação entre investigadores, cidadãos, decisores políticos, técnicos e organizações da sociedade civil. Este Living Lab permitirá testar, em contexto real, novos modelos de participação e governança do risco, bem como soluções baseadas na comunidade para a adaptação à erosão costeira, promovendo a integração de conhecimento científico, saberes locais e conhecimento experiencial das populações mais expostas ao risco.

Com a implementação do Living Lab, o iCOAST adota uma abordagem distinta das lógicas de gestão tradicionais, frequentemente de natureza top-down, ao envolver



Foto: Neide P. Areia

os atores locais desde as fases iniciais de diagnóstico até à discussão de soluções de adaptação. Este processo favorece a construção de confiança institucional, o reconhecimento de conflitos e assimetrias de poder, bem como a incorporação de princípios de justiça ambiental e territorial na definição de respostas aos riscos costeiros.

Metodologicamente, o projeto assume uma natureza intrinsecamente interdisciplinar, articulando de forma estratégica metodologias das geociências e das ciências sociais. Esta integração permite cruzar dados físicos e ambientais com processos sociais, perceções de risco e dinâmicas de governança, potenciando abordagens inovadoras na análise e coprodução de conhecimento sobre os riscos costeiros. Neste enquadramento, o projeto envolve, para além do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC), o Departamento de Ciências da Terra da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (DCT/FCTUC) e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), reforçando sinergias entre investigação científica, conhecimento técnico e análise social aplicada.

Ao colocar a participação ativa dos cidadãos no centro da investigação, o iCOAST contribui para o desenvolvimento de modelos de governança do risco costeiro mais inclusivos, reflexivos e socialmente sustentáveis, reforçando o papel da sociologia na resposta aos desafios contemporâneos das zonas costeiras e afirmando a universidade como agente ativo na transformação social dos territórios. ■

FEVEREIRO

O Professor Carlos Fortuna, Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, foi distinguido com o título de Professor Emérito, em reconhecimento do seu notável percurso académico e científico e do seu contributo para a projeção nacional e internacional da UC.

**JUNHO**

O livro Trabalho e Políticas de Emprego, Um Retrocesso Evitável, coordenado por Manuel Carvalho da Silva, Pedro Hespanha e José Maria Castro Caldas, e com contributos centrais de docentes do núcleo de Sociologia da FEUC, como António Casimiro Ferreira e Hermes Augusto Costa, entre outros, venceu a 10.ª edição do Prémio Manuel Lopes, atribuído pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

**OUTUBRO**

Rafael Vieira, doutorando em Sociologia – Cidades e Culturas Urbanas, venceu a 10.ª edição do Prémio de Jornalismo Adriano Lucas com a reportagem “A água das catacumbas de Coimbra”, inspirada na descoberta de uma galeria subterrânea durante obras na Escola Secundária José Falcão. A distinção resulta de uma iniciativa conjunta da Universidade de Coimbra, da Câmara Municipal de Coimbra e do Diário de Coimbra.

**DEZEMBRO**

Atribuição de menção honrosa a António Carvalho, no âmbito do Prémio FEUC Ciência, em reconhecimento pela publicação em revistas internacionais de referência e pela elevada qualidade do trabalho desenvolvido sobre as dimensões sociais das alterações climáticas, com particular destaque para o livro Antropoceno(s): Crise climática, ontologia e o social.



ACONTECEU EM 2025



10 A 13 DE FEVEREIRO > SEMANA DA SOCIOLOGIA

Realização das Sociotalks, um evento organizado pelo Núcleo de Estudantes de Sociologia, que promove um debate multidisciplinar através de palestras e mesas-redondas, com o objetivo de fomentar uma visão crítica entre os estudantes da Universidade de Coimbra sobre temas socialmente relevantes da atualidade, integrando ainda workshops orientados para o futuro profissional da comunidade académica.

28 DE MARÇO, 4 e 11 DE ABRIL > CICLO DE SEMINÁRIOS, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM SOCIEDADE

O ciclo, organizado no âmbito do Doutoramento em Governação, Conhecimento e Inovação, reuniu, ao longo de três sessões, um conjunto de reflexões sobre os desafios contemporâneos colocados pela tecnociência, pela inteligência artificial e pela cibersegurança. No dia 28 de março, realizou-se a sessão “Integração das ciências sociais em projetos de tecnociência: riscos e benefícios”, apresentada por Ana Delicado (ICS-UL), centrada na importância e nos desafios da articulação entre ciências sociais e tecnociência. A 4 de abril, teve lugar a sessão “Desafios de uma Sociologia da Inteligência Artificial: Poder, Mitos e Representações”, com Helena Machado (ISCTE-IUL), que propôs uma reflexão sociológica sobre a inteligência artificial, abordando questões de poder e os discursos que a rodeiam. Por fim, no dia 11 de abril, realizou-se a sessão “Cibersegurança, pandemia e «engenharia social»: incursão sobre o lugar da técnica em sociedade”, conduzida por Pedro Mendonça (Centro Nacional de Cibersegurança), que explorou o papel da técnica e da cibersegurança no contexto social contemporâneo.

O TRABALHO E O SINDICALISMO EM PORTUGAL: DESAFIOS E PERSPETIVAS ATUAIS A PARTIR DO TRABALHO EM PLATAFORMAS DIGITAIS

José Soeiro
Faculdade de Letras
Universidade do Porto

Intervenção por videoconferência, sendo a participação de interessados/as apenas possível presencialmente, na sala Keynes.

31 DE MARÇO > AULA ABERTA “O TRABALHO E O SINDICALISMO EM PORTUGAL: DESAFIOS E PERSPETIVAS ATUAIS A PARTIR DO TRABALHO EM PLATAFORMAS DIGITAIS”

Com José Soeiro, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Atividade realizada no âmbito da unidade curricular “Desigualdades e Movimentos Sociais”, da Licenciatura em Sociologia

24 DE ABRIL > AULA ABERTA “O 25 DE ABRIL EM COIMBRA” – VISITA PEDONAL GUIADA PELA REBOBINAR”



Aula aberta “O 25 de Abril em Coimbra”, que integrou uma visita pedonal guiada pela Rebobinar, passando por locais da cidade onde ocorreram acontecimentos marcantes relacionados com este contexto histórico. A atividade decorreu no âmbito da unidade curricular “Desigualdades e Movimentos Sociais”, da Licenciatura em Sociologia.

11 DE ABRIL > AULA ABERTA “SINDICALISMO, QUE REALIDADE?”, COM JACINTO SANTOS

A iniciativa foi organizada pelo Doutoramento em Sociologia: Relações do Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo (CES/FEUC), pelo Doutoramento em Sociologia e pela Secção Temática “Trabalho, Organizações e Profissões” da Associação Portuguesa de Sociologia.

14 DE ABRIL > SEMINÁRIO “A EROSÃO DA DEMOCRACIA E O FUTURO DO CONSTITUCIONALISMO”

Iniciativa organizada no âmbito do Doutoramento em Sociologia do Estado, do Direito e da Justiça (CES/FEUC), em parceria com instituições académicas do Brasil e a rede REDIJUS. O evento reuniu investigadores/as para debater os processos contemporâneos de erosão democrática, associados a populismos autoritários, frustração social e desinformação, e refletir sobre o reforço do Estado de Direito, o papel dos tribunais constitucionais e os desafios ao constitucionalismo.

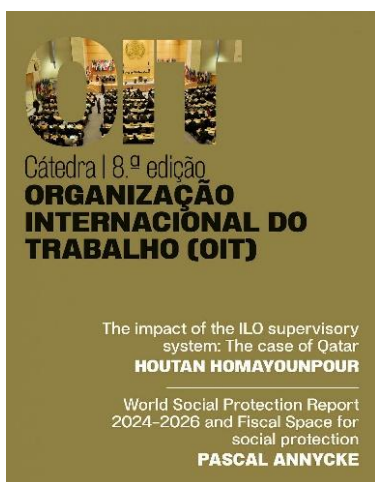
30 DE ABRIL > SEMINÁRIO “MEMÓRIA, BIOGRAFIA E NOSTALGIA”

A iniciativa promoveu uma reflexão/debate a propósito do livro de Elísio Estanque, Para Além de Nostalgia. Ensaio Autobiográfico de um Sociólogo, explorando as relações entre memória, percurso biográfico e escrita sociológica. populismos autoritários, frustração social e desinformação, e refletir sobre o reforço do Estado de Direito, o papel dos tribunais constitucionais e os desafios ao constitucionalismo.

7 DE MAIO > APRESENTAÇÃO DO LIVRO ANTROPOCENO(S): CRISE CLIMÁTICA, ONTOLOGIA E O SOCIAL, DE ANTÓNIO CARVALHO



O livro desenvolve uma abordagem ontológica para estudar o Antropoceno, uma época geológica proposta para ilustrar a indissociabilidade entre atividades humanas e fenómenos planetários como o aquecimento global.



15 DE MAIO E 10 DE DEZEMBRO > A 8.ª E A 9.ª EDIÇÃO DA CÁTEDRA DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)

A 8.ª e a 9.ª edição da Cátedra da Organização Internacional do Trabalho (OIT) promoveram sessões de debate sobre desafios contemporâneos do trabalho e da proteção social. A 8.ª edição abordou o impacto do sistema de supervisão da OIT, com destaque para o caso do Qatar, e incluiu a apresentação do World Social Protection Report 2024-2026, contando com intervenções de Houtan Homayounpour e Pascal Annycke. Já a 9.ª edição reuniu especialistas para discutir a relação histórica entre Portugal e a OIT e os desafios colocados pela nova Convenção sobre riscos biológicos, com intervenções de Albertina Jordão, Ana Paula Rosa e Luís Claudino de Oliveira.

26 DE SETEMBRO > CONFERÊNCIA DO PROGRAMA DE DOUTORAMENTO EM SOCIOLOGIA DO ESTADO, DO DIREITO E DA JUSTIÇA, COM PIERRE GUIBENTIF (ISCTE-IUL)

A sessão centrou-se no tema "As imagens do mundo hoje na agenda da sociologia do direito", integrando um projeto de investigação do conferencista sobre as transformações sociais contemporâneas e o modo como estas devem ser incorporadas na agenda científica da sociologia do direito, através de quadros teóricos e estudos empíricos orientados para o presente e o futuro.

2 E 3 DE OUTUBRO > I COLÓQUIO DE DOUTORANDAS/OS EM SOCIOLOGIA DA FEUC SOCIOLOGIAS PARA O FUTURO!*



Nos dias 2 e 3 de outubro de 2025, a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) acolheu o I Colóquio de Doutorandas/os em Sociologia da FEUC – “Sociologias para o Futuro!”. Tratou-se de uma iniciativa das e dos estudantes do Doutoramento em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, com o apoio da respetiva Coordenação.

Concebido a partir de reflexões e discussões desenvolvidas no âmbito da unidade curricular dedicada ao acompanhamento dos projetos de tese, *Sociologias para o Futuro!* teve como principal objetivo promover a partilha e o debate em torno das investigações em curso nos diversos programas doutorais da área disciplinar da Sociologia. A abertura a contributos de estudantes do Mestrado em Sociologia desta Faculdade, bem como de outros programas doutorais em Sociologia, em Portugal e no estrangeiro, permitiu enriquecer significativamente esta partilha.

Com a moderação da doutoranda Cíntia Fachada e do doutorando Manuel Soares, a sessão de abertura esteve a cargo do Professor Doutor João Filipe Marques, da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, que fez uma conferência sob o título “Comportamentos desviantes de turistas: liminaridade, acrasia e desengajamento moral. Os primeiros passos de uma investigação”.

Refletindo a pluralidade de debates em torno dos desafios contemporâneos da Sociologia, a partir de distintos enfoques teóricos e empíricos, o Colóquio reuniu um número significativo de estudantes em diferentes momentos dos seus percursos de investigação e formação, contando igualmente com uma ampla assistência ao longo das várias sessões. As mais de 80 comunicações apresentadas distribuíram-se por oito Grupos de Trabalho (GT), coordenados por estudantes do Doutoramento em Sociologia, que promoveram debates particularmente ricos e participados.

Os Grupos de Trabalho foram os seguintes: *Cidades, Sociedades e Antropoceno; Desigualdades, Género e Violência; Direito(s), Democracia e Justiça; Escrever vivendo, escrever-se vendo; Expressões Culturais e Disputas Simbólicas: Políticas, Identidades e Resistência; Famílias Plurais e Novos Horizontes do Cuidado: Vínculos, Tecnologias e Práticas em Transformação; Religião/ões e os Múltiplos Altares da Modernidade; e Trabalho, Organizações e Profissões.*

A diversidade temática e analítica patente nestes GT evidenciou a vitalidade da investigação sociológica em curso, refletindo não apenas a produção científica desenvolvida na FEUC, mas também contributos provenientes de outras instituições. O envolvimento ativo das/os participantes e a forte adesão do público reforçaram o carácter coletivo e participativo do Colóquio, afirmando-o como um espaço privilegiado de partilha, discussão e construção de conhecimento sociológico.

A Comissão Organizadora do evento foi constituída por estudantes e docentes: Bruna Schindwein Zeni, Cátia Cardoso, Isabella Faustino Alves, Madalena Duarte e Paula Abreu. Já a Comissão Científica foi integrada por Claudino Ferreira, Hermes Costa, Joana Zózimo, Rosa Monteiro e Sílvia Portugal.

Acolhido por docentes e estudantes, o I Colóquio de Doutorandas/os em Sociologia da FEUC – “Sociologias para o Futuro!” resultou num espaço privilegiado de partilha, debate e construção coletiva. Que venham os próximos!

* Texto de Bruna Zeni, Cátia Cardoso, Isabella Faustino, Madalena Duarte e Paula Abreu

17 DE OUTUBRO A 12 DE DEZEMBRO > CICLO DE CONFERÊNCIAS DO DOUTORAMENTO EM SOCIOLOGIA

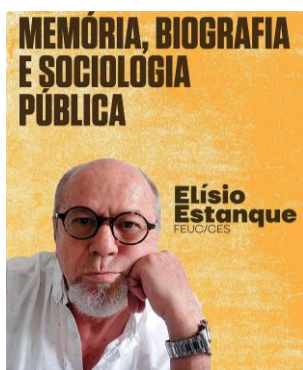
- *Entre o perfeito e o possível. Uma etnografia do bom cuidado na doença mental grave em Portugal, por Joana Zózimo.*
- *Saúde Mental, Atenção Psicossocial e Interseccionalidades: diálogos teóricos e práticos, por Rachel Gouveia Passos.*
- *Punição e Direitos Humanos: desafios contemporâneos, por Luiz Claudio Lourenço.*
- *A normalização do ódio racial no quadro do racismo estrutural, por Pedro Almeida.*
- *Os mitos da participação cívica em Portugal: entre a retórica e a prática democrática, por José Mota.*
- *Commoning and Theorizing in the Uncommon Sense - An experimentation on the research gaze from, about, within the commons, por Ricardo Buonanno.*
- *A Inteligência Artificial enquanto objeto sociológico? Porque é importante a governação da IA, por Tiago Sartos Pereira.*

24 DE OUTUBRO > AULA INAUGURAL DOS DOUTORAMENTOS CES-UC

Conferência de Justin O'Connor (University of South Australia), intitulada "Culture: Foundational Infrastructure for a Democratic Public Life". A sessão propôs uma reflexão crítica sobre o paradigma das indústrias criativas, defendendo a cultura como um bem público essencial para a vida democrática e para sociedades mais justas. A partir de uma trajetória internacional que cruza a Europa, a China e a UNESCO, o conferencista destacou ainda a centralidade da cultura enquanto pilar das políticas públicas e como possível Objetivo de Desenvolvimento Sustentável.

4 DE NOVEMBRO > MESA-REDONDA "DEMOCRACIA, POPULISMO E EXTREMISMO: TENSÕES DO NOSSO TEMPO"

Atividade realizada no âmbito do Programa de Doutoramento Democracia no Século XXI (CES/FEUC). O evento teve como ponto de partida o livro de Miguel Carvalho, *Por dentro do Chega: A Face Oculta da Extrema Direita em Portugal* (Penguin, 2025), que tem suscitado amplo debate público pelo seu retrato aprofundado da extrema-direita portuguesa. A sessão promoveu uma discussão crítica sobre a ascensão de discursos populistas e extremistas e os seus impactos nas democracias contemporâneas, articulando o caso português com contextos europeus e latino-americanos.



17 DE DEZEMBRO > AULA ABERTA "MEMÓRIA, BIOGRAFIA E SOCIOLOGIA PÚBLICA"

Aula aberta no âmbito da unidade curricular "Teorias Sociológicas", com Elísio Estanque. A sessão destacou o papel da experiência pessoal e dos percursos sociais na construção do olhar sociológico, promovendo um debate crítico sobre o lugar da sociologia na esfera pública e na interpretação das transformações sociais contemporâneas.

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

Fevereiro

A participação da comunidade na definição dos instrumentos de política cultural local. Estudo de caso: Braga e Évora. Dissertação. Adriana Figueiredo.

Pequenos grandes passos: Estudo de Caso sobre o impacto da criação das respostas de apoio psicológico (RAP) na Associação Mulher Século XXI. Relatório de Estágio. Mariana da Silva Ferreira.

Co-design como facilitador da participação infantil: Estudo comparativo entre escolas de 1º ciclo. Dissertação. Cátia Sofia Figueiredo Ascensão.

Julho

Publicidade beneficente filantrópica. Uma análise comparativa multimodal em apelos audiovisuais de angariação de fundos de MSF Brasil. Dissertação. Glauco Lauco Fernando Kuhnert.

Setembro

Juventude em consulta ou em decisão? A participação dos jovens na construção dos Planos Municipais da Juventude em Portugal: Um estudo de caso em Castelo Branco. Dissertação. Susy Priscila Jácome de Oliveira.

O papel do gabinete de emprego no processo de integração de migrantes em Portugal: o caso do JRS. Relatório de Estágio. Maria Carolina de Matos Godinho de Carvalho.

Entre continentes e esperanças. Relatório de Estágio. Maria de La Salette Monteiro Bernardino.

A construção do imigrante como ameaça no discurso político do CHEGA entre 2019 e 2025. Dissertação. Micael da Silva Ramos.

Desafiar a segregação de género com uma pedagogia STEAM: Uma análise do caso do TUMO Coimbra. Dissertação. Beatriz Moreira Gomes.

Entre o Alva e o Açor, a construção de um imaginário coletivo baseado no lugar: Uma abordagem através de métodos participativos. Dissertação. Cecília Martins Gomes.

Chega de feminismos? Oposição e instrumentalização das questões de género pela direita radical portuguesa. Dissertação. Mariana Matias dos Santos.

Graffiti: Arte, vandalismo ou ativismo? Estudo sociológico sobre as representações sociais que os habitantes da Covilhã têm acerca dos graffitis na cidade. Dissertação. Lisandra Irina Silva Duarte.

As redes do poder local em Portugal: Dinâmicas relacionais e desigualdades de género nas presidências das juntas de freguesia. Dissertação. Maria Daniela do Espírito Santo Lebre.

A participação política das mulheres no poder local. Relatório de Estágio. Ana Margarida Rodrigues Gonçalves.

Do terror à perseverança: Saúde mental dos Jovens em DDL+, OMORI e nas suas comunidades de fãs. Dissertação. Abel Bernardo Castro Gonçalves.

MESTRADO EM DINÂMICAS SOCIAIS, RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS

Fevereiro

Aplicação da ferramenta Scorecard (Disaster Resilience Scorecard For Cities) na avaliação da resiliência urbana. Perspetiva da proteção civil nas inundações urbanas em Coimbra. Dissertação. Pedro Miguel Duarte Caetano.

A gestão do risco no centro histórico de Lamego: Uma abordagem diferenciada. Dissertação. Tiago Miguel Teixeira Ludovino.

Caracterização do estado hidrodinâmico e das pressões naturais e antrópicas nas linhas de água da margem direita do Rio Mondego no Município de Coimbra. Dissertação. Pedro Rafael Simões Paiva.

Gestão do risco e segurança industrial no Município de Coimbra: Uma análise de contexto. Dissertação. Daniel António Filipe Robalo.

Impacto de riscos naturais na segurança e fiabilidade do Sistema de Mobilidade da Metro Mondego: Análise do troço suburbano. Dissertação. Filipe Miguel Correia Pedro.

Gestão de riscos industriais no Concelho da Mealhada: Proposta de desenvolvimento de um plano prévio de intervenção para as zonas industriais locais. Dissertação. Érica Ferreira Monteiro.

DOUTORAMENTO EM DEMOCRACIA NO SÉCULO XXI

Maio

Mães proibidas: A retirada de crianças Guarani-Kaiowá, maternidade indígena e etnocídio. Karina Almeida Guimarães Pinhão.

Julho

Commoning and Theorizing in the Uncommon Sense. An experimentation on the research gaze from, about, within l'Asilo, Naples. Riccardo Maria Buonanno.

DOUTORAMENTO EM SOCIOLOGIA

Junho

Silêncio e vozes femininas da economia solidária: As trajetórias das artesãs urbanas em Belo Horizonte - Minas Gerais. Rizioneide Souza Amorim.

Novembro

Culturas entre muralhas? (Sub)culturas e estilos de vida alternativos nas pequenas cidades: O Festival Entremuralhas e os góticos em Leiria. Manuel Pereira Soares.

Dezembro

São coisas de irmãos: recortes sociológicos das fratrias contemporâneas. Andreia de Jesus Dias Barbas.

DOUTORAMENTO EM SOCIOLOGIA - CIDADES E CULTURAS URBANAS

Janeiro

Ciclismo urbano em territórios metropolitanos: Uma análise da prática de pedalar para lazer e trabalho em São Paulo. Carolina Gontijo Lopes.

DOUTORAMENTO EM SOCIOLOGIA - RELAÇÕES DE TRABALHO, DESIGUALDADES SOCIAIS E SINDICALISMO

Novembro

Does labour get online to mobilise workers offline? A comparative analysis of trade union renewal from a digital methods perspective. Bia Silveira Carneiro.

DOUTORAMENTO EM PÓS-COLONIALISMOS E CIDADANIA GLOBAL

Janeiro

El Derecho kichwa existe, resiste y construye el Estado Plurinacional y la Plurinacionalidad en Ecuador: dos llakikuna resueltos por los Pueblos Kichwa de Saraguro y Otavalo. Verónica María Yuquilema Yupangui.

Março

Direitos insurgentes: Lutas territoriais e a reinvenção do comum na zona costeira brasileira. Patrícia de Menezes Cardoso.

Julho

Tarrafal: Discursos cruzados na genealogia do campo de concentração. A resistência ao esquecimento. Sandra Inês Andrade Ramos Cruz.

DIA DA SOCIOLOGIA

10 de fevereiro 2026

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Democracia e Populismo

10h30
Auditório da FEUC

Mesa de Abertura

José Manuel Mendes
Diretor da FEUC

Tiago Santos Pereira
Diretor do CES

Hermes Costa
Coordenador do Núcleo de Sociologia

Madalena Duarte
Cocoordenadora do Doutoramento em Sociologia

Rosa Monteiro
Coordenadora do Mestrado em Sociologia

André de Brito Correia
Coordenador da Licenciatura em Sociologia

Beatriz Ramos
Presidente da Direção do Núcleo de Estudantes de Sociologia da AAC

11h

Estudar o populismo numa perspetiva democrática pós-colonial

Cristiano Gianolla
Centro de Estudos Sociais

Moderação: **Rosa Monteiro**

15h
Auditório da FEUC

Mesa-redonda: Olhares críticos sobre Democracia e Populismo

Inês Amaral
Faculdade de Letras da UC e Centro de Estudos Sociais

Guya Accornero
ISCTE

Mariana Santos
Doutoranda em Sociologia da FEUC

Jaime Roque
Doutorando em Sociologia da FEUC

Moderação: **Daniel Francisco**

17h30
Biblioteca da FEUC

Lançamento da revista **Prisma.Soc nº13**

Momento musical com **João Gentil**

Lanche-Convívio

Organização:
Núcleo de Sociologia da FEUC
Núcleo de Estudantes de Sociologia da AAC

1 2 9 0
FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

CES
Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

Comissão Editorial: Ana Raquel Matos, Adriana Giroletti, Joana Nobre Coelho, Leonor Silva e Rafael Vieira
Foto da capa: José Luís Santos
Edição gráfica: Ana Raquel Matos
Email: newssoc@fe.uc.pt
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

